



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ANDRÉ HENRIQUE NUNES DO CARMO

MENSAGENS DE PROTESTO NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE AS TENTATIVAS DE APAGAMENTO DA
REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Tubarão
2014

ANDRÉ HENRIQUE NUNES DO CARMO

MENSAGENS DE PROTESTO NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE AS TENTATIVAS DE APAGAMENTO DA
REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréia da Silva Daltoé.

Tubarão

2014

C28 Carmo, André Henrique Nunes do, 1976-
Mensagens de protesto nas manifestações de 2013 no Brasil:
um estudo sobre as tentativas de apagamento da
representatividade dos partidos políticos / André Henrique
Nunes do Carmo; -- 2014.
101 f. il. color. ; 30 cm

Orientadora : Andréia da Silva Daltoé.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa
Catarina, Tubarão, 2014.
Inclui bibliografias.

1. Análise do discurso. 2. Partidos políticos. 3. Ideologia.
4. Comunicação escrita. I. Daltoé, Andréia da Silva.
II. Universidade do Sul de Santa Catarina - Mestrado em
Ciências da Linguagem. III. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

ANDRÉ HENRIQUE NUNES DO CARMO

**MENSAGENS DE PROTESTO NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE AS TENTATIVAS DE APAGAMENTO DA
REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 31 de julho de 2014.



Professora e orientadora Andréia da Silva Daltoé, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Sandro Braga, Doutor
Universidade Federal de Santa Catarina



Professora Maria Marta Furlanetto, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico a Fátima Nunes, minha querida mãe, a qual na eterna labuta e batalha diária fez de seu filho um professor satisfeito com sua profissão. Quem diria que o fruto do amor daquele vendedor de enciclopédia e daquela costureira em 1976, na capital de todos os gaúchos, seria mestre em alguma coisa?

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família, visto que sem ela não seria possível a concretização deste sonho que iniciou no ano de 2007 com meu ingresso no curso de Letras da Unisul. Minha sincera gratidão à professora Maria Felomena Souza Espíndola, a nossa querida professora Mariazinha, que em sua trajetória final na academia me permitiu conhecer a melhor professora de quem tive o prazer de ser aluno.

Também aos meus orientadores de PIBIC, Mariléia Reis, Sandro Braga e Maria Marta Furlanetto por me apresentarem o difícil, mas prazeroso mundo da pesquisa científica, enquanto ainda era somente um estudante de graduação.

Em especial a minha amiga Vaniele Medeiros da Luz e sua inestimável ajuda na revisão deste texto. Seu mérito é ainda maior se levarmos em conta seu pequeno problema de saúde, que com fé e oração de todos será um pequeno percalço em sua brilhante vida.

Não poderia esquecer o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem que, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Rauhen, permitiu-me as condições materiais, de iniciado o curso de Letras na Unisul em 2007, chegar ao título de mestre exatamente sete anos depois na mesma universidade.

Finalmente, a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Andréia da Silva Daltoé por sua paciência e rédeas curtas na condução desta dissertação de mestrado. O uso do pronome pessoal nós, nesse caso, não é só uma ilusão que agregaria os discursos de todos os sujeitos do mundo a fim de dar mais credibilidade aos ditos neste texto, mas esse uso é a verdadeira conscientização de que só a partir de suas inestimáveis contribuições seria possível chegar a este resultado final, pois ela sempre soube discernir os momentos de criticar quando necessário e elogiar quando merecido.

“Quando um homem governa a si mesmo, segundo esse princípio ele governa a si mesmo, pois ele é ele mesmo e não outro.”. (MARX e ENGELS, 2002, p. 114).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem tem por objetivo verificar se as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas *mensagens de protesto* de junho de 2013 no Brasil estabelecem relação com as diferentes modalidades de identificação do sujeito propostas por Pêcheux (2009). O *corpus* selecionado para análise foram sete mensagens de protesto retiradas de fotos de cartazes de protesto, utilizadas no dia 16 de junho de 2013, nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Para analisar essas mensagens de protesto, foi utilizada uma abordagem qualitativa de caráter exploratório do objeto de estudo, em uma proposta alicerçada na Análise de Discurso de linha francesa. Como resultados apresentados, foi proposto interpretar se essa tentativa de apagamento da representatividade pôde ajudar a compreender que, a cada tomada de posição adotada pelo sujeito, ele pode tanto superidentificar-se com determinada posição do discurso, quanto desidentificar-se com ela. Assim, é possível concluir, a partir da análise da materialidade, com base na teoria que o conceito de Pêcheux (2009), o qual estipula três tipos de modalidades, permite-nos compreender que a modalidade de desidentificação não seria uma modalidade em si, mas um processo ideológico que possibilita a passagem do *Mau Sujeito* superidentificado com essa tomada de posição, desidentificar-se com a forma-sujeito estabelecida por sua(s) Formação(ções) Discursiva(s). Nesse processo de desidentificação, o sujeito retorna à modalidade de identificação do *Bom Sujeito*, só que agora identificado com uma forma-sujeito antagônica a que inicialmente apresentava em sua primeira tomada de posição, assim o sujeito superidentificado a forma-sujeito manifestante, na Formação Discursiva Resistente com a representatividade dos partidos políticos, reconhece na forma-sujeito Black Bloc, na Formação Discursiva Revoltada, novos saberes que não aceitam mais passivamente a representatividade dos partidos e com isso retorna a tomada de posição no discurso de Bom Sujeito.

Palavras-chave: Modalidades de identificação. Partidos políticos. Mensagens de protesto.

ABSTRACT

This dissertation for master degree in *Ciências da Linguagem* aims to verify if the attempts to delete the representativeness of the political parties in protest messages in June 2013, in Brazil, are related to the different modalities of subject identification proposed by Pêcheux (2009). The *corpus* selected to be examined was composed by seven protest messages taken from photos of protest signs used on June 16th 2013 in São Paulo and Belo Horizonte. In order to analyze those protest messages, it was used a qualitative and exploratory approach of the studied object, in a proposal based on French Discourse Analysis. Having presented the results, it was possible to infer that those attempts to erase the representativeness could help to understand that, in each definition of position adopted by the subject, he can either super identify with certain position, or disidentify with it. Therefore, it is possible to conclude, from the *corpus* analysis, based on Pêcheux (2009), where the author deals with three types of identification modalities, that the modality called disidentification would not be a modality itself, but a process produced by the ideology which allows a passage from the Bad subject super identified with that position to disidentify himself from the established subject-form by his Discursive Formation(s). In that process of disidentification, he returns to the modality of identification of Good Subject, but now identified with a subject-form antagonistic to that originally presented in his initial position, so, the subject, super identified to the protester subject-form in a Discursive Formation Resistant to the political parties representativeness, recognizes on Black Bloc subject-form, in an Outraged Discursive Formation, new knowledge which no longer accept the political parties representativeness in a passive way and so it returns to the position expressed in the discourse of Good Subject.

Keywords: Modalities of identification. Political parties. Protest messages.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – 20 centenas de problemas.....	64
Figura 2 – Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente #Vem pra rua	71
Figura 3 – Anúncio do TSE <i>Vem para a urna</i>	74
Figura 4 – O vândalo que quebra é filho do governo que rouba!	78
Figura 5 – Martin, papai está lutando por um Brasil melhor para você!	81
Figura 6 – (Menos) - Deputados (mais) + Professores.....	84
Figura 7 – Nenhum partido me representa	87
Figura 8 – Tornemos salões e praças nossas! Domemos leis e leões!!	91
Figura 9 – Repensando as modalidades de identificação (Pêcheux, 2009).....	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CAMINHO METODOLÓGICO	15
3	REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS	19
3.1	A REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS NO BRASIL.....	22
3.2	MARX E ENGELS: A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE.....	26
4	ANÁLISE DE DISCURSO: FILIAÇÃO TEÓRICA	34
4.1	PRELIMINARES	34
4.2	BASES TEÓRICAS PARA COMPREENDER A TENTATIVA DE APAGAMENTO.....	35
4.3	IDEOLOGIA.....	44
4.3.1	Althusser: a ideologia existe para sujeitos completos	48
4.3.2	Pêcheux: ideologia e discurso	52
4.3.3	Modalidades de identificação: identificação, contraidentificação e superidentificação	57
5	ANÁLISE.....	64
5.1	A HISTORICIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013.....	64
5.2	AS MENSAGENS DE PROTESTO E AS MODALIDADES DE IDENTIFICAÇÃO	76
5.3	A DESIDENTIFICAÇÃO E A TENTATIVA DE APAGAMENTO DA REPRESENTATIVIDADE.....	89
6	EFEITO DE FECHO	94
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2013, em especial a partir de junho, grandes manifestações populares aconteceram em todo o Brasil. No mês de junho de 2013, os protestos iniciados nas ruas das principais capitais do Brasil pelo MPL (Movimento Passe Livre¹), exigindo a redução das tarifas no transporte público metropolitano, alcançaram proporções históricas.

Principalmente na segunda e na terceira semana de junho, o Estado Brasileiro demonstrava apreensão quanto aos rumos sociais, políticos e econômicos dessas manifestações. Enquanto as redes midiáticas² (*Facebook, YouTube, Twitter, etc.*) e os noticiários brasileiros mostravam o dia a dia dos acontecimentos, a população explicitava um crescente descontentamento com a forma como o Estado enfrentava as reivindicações dos manifestantes, inicialmente em relação à definição do valor do aumento do transporte público.

Colocado em evidência o debate sobre o aumento das passagens do transporte público pelos manifestantes, progressivamente outras reivindicações vieram à tona. Entre as reivindicações mais frequentes nessas manifestações populares, podemos destacar: a necessidade de uma maior vigilância nos investimentos das obras para a Copa do Mundo de 2014; descontentamento com projetos e medidas provisórias polêmicas, como, por exemplo, a PEC 37, proposta de emenda constitucional que retiraria do Ministério Público a possibilidade de realizar investigações criminais, ficando essas atividades restritas às polícias federal e civil; maiores e melhores investimentos em áreas essenciais a qualquer nação, como educação, saúde e segurança; além da salutar luta pela transparência do papel dos partidos políticos como instituições políticas representativas da sociedade civil na democracia e a indignação quando esse papel não é exercido em prol do bem comum de todos.

Diante dessa miríade de reivindicações, propomos que as manifestações de junho de 2013 podem ser consideradas um acontecimento histórico-social brasileiro do século XXI, devido ao grande número de mobilizações populares que conseguiu, à quantidade de

¹ Segundo o site do Movimento do Passe Livre (<http://www.mpl.org.br/>), o movimento se organiza nacionalmente em uma federação formada por coletivos de diversas cidades do Brasil. Apenas os grupos que fazem parte dessa federação pertencem e atuam em nome do Movimento Passe Livre. Para formar um coletivo local do Movimento Passe Livre, é necessário seguir um processo de ingresso. Esse processo consiste em mandar uma “Carta de Adesão” contendo uma apresentação do coletivo, seu histórico de lutas na cidade, perspectiva de atuação e expressando acordo com os pontos da Carta de Princípios do MPL. Acesso em 5 de abril de 2014.

² Optamos pela utilização do termo ‘redes midiáticas’ em oposição a redes sociais por compreendermos que a primeira expressão especifica as novas mídias surgidas com a popularização do uso dos computadores e da internet, efeito de sentido que, em contraste com redes sociais, serve para diferenciar redes midiáticas de redes de indivíduos em sociedade sem a utilização de meios eletrônicos.

manifestantes envolvidos nesses protestos, problematizar a correlação entre o sujeito e suas condições de existência em sociedade, pois, de acordo com Foucault (1984, p. 14), a demarcação de acontecimento surge para “definir as condições nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é e o mundo no qual ele vive”. Os manifestantes, unidos na busca por externar seus posicionamentos políticos, ao produzirem diferentes enunciados, principalmente, a partir da historicidade surgida nas manifestações de 2013, marcaram um momento histórico-social nas ruas das principais cidades do Brasil que culminou na tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos ao ser materializada nas mensagens de protesto encontradas nessas mobilizações populares.

Por isso, para este estudo, propomos apontar as manifestações de junho de 2013 como um acontecimento, já que, para Foucault (1996),

o acontecimento não é substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é ato nem propriedade de um corpo; produz-se com efeito de e em uma dispersão material. (1996, p. 57-58).

Do mesmo modo, partindo dessa compreensão foucaultiana de acontecimento, as manifestações de 2013, a partir de seus participantes, podem ter produzido enunciados que externaram uma tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos que não pode ser tomada como imaterial, visto que sua materialidade foi sentida pela relação entre cidadãos de diversos setores da sociedade civil ao serem, inclusive, noticiados de maneira constante pela imprensa brasileira no mês de junho de 2013.

Levando em conta a historicidade social do acontecimento *manifestações de junho de 2013*, ressaltamos que essa tentativa torna-se relevante para este estudo, sob o ponto de vista discursivo, por seus efeitos de sentido produzidos em junho de 2013, mas, principalmente, por sua reverberação em nossa contemporaneidade. Consideramos o caminho pelo foco discursivo já que é no discurso, compreendido como uma prática social, que os efeitos de sentido dos dizeres são estabelecidos pela relação inseparável do sujeito com a língua, inconsciente e história.

Nesse acontecimento de 2013, inicialmente restrito ao preço da passagem do transporte público e à exigência do passe livre, os protestos foram rapidamente absorvidos por diferentes setores da sociedade, que colocaram em destaque cartazes empunhados durante

passeatas públicas com *mensagens de protesto*, que nos chamaram a atenção pelo fato de buscar, reincidentemente, o apagamento da representatividade dos partidos políticos.

Para este trabalho, a tentativa de apagamento do papel dos partidos políticos nas manifestações e, conseqüentemente, na organização política brasileira originar-se da indignação do sujeito com a ineficácia dessas instituições políticas na vida prática desses manifestantes.

A partir da interpretação desse processo discursivo em correlação com as tomadas de posição do sujeito nesses protestos, propomos estudar como foi externada essa tentativa de apagamento em cartazes de protesto empunhados nessas mobilizações populares por manifestantes de diferentes idades, gêneros e classes sociais, buscando juntos questionarem a ineficiência da representatividade dos partidos políticos como canal de comunicação entre a sociedade civil e a política.

Mesmo se lembrarmos de que essas mobilizações caracterizaram-se exatamente pela multiplicidade das reivindicações dos manifestantes nos protestos, aventamos que o desconforto com o papel representativo dos partidos políticos pode ser levantado como uma das principais reivindicações nessas mobilizações de junho de 2013.

Logo, levando em conta como essa tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos foi materializada no discurso por *mensagens de protesto* transcritas em cartazes carregados pelos participantes durante as passeatas ocorridas no mês de junho de 2013, propomos que o estudo dos processos materiais envolvidos nessa tentativa pode ser estudado por um viés discursivo, visto que essas *mensagens de protesto*, nesses cartazes, podem ter-se tornado a materialização discursiva da inconformidade dos manifestantes com a forma como os partidos políticos exercem sua representatividade política no Estado, enquanto autênticos representantes da sociedade civil. Em outras palavras, seria uma deslegitimação fora das urnas da representatividade dos partidos políticos, visto que quando os manifestantes foram às ruas protestar buscaram outras formas de se representar, formas diferentes daquelas legitimadas pelo Estado.

Entendemos que essa tentativa de apagamento pode apontar para uma crise na forma de representatividade que os partidos exercem desde sua criação no século XIX. Interpretamos que, ao chegarmos ao século XXI, com a adição de novas tecnologias que conectam o sujeito em nossa sociedade, a própria representatividade desses partidos políticos começa a ser questionada e, como vimos nessas manifestações, severamente combatida.

Diante dessa inconformidade, os manifestantes buscaram negar o envolvimento dos partidos políticos durante esse acontecimento histórico-social brasileiro, porque,

incomodados com a forma como esses partidos exercem seu papel representativo, administrativo e legislativo desde a democratização brasileira da década de 80, os participantes dessas mobilizações populares “decretaram”, que a própria ação representativa política dessas instituições seria um empecilho para o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil.

Para estudar os processos de produção de efeitos de sentido advindos da tentativa de apagamento durante as manifestações de junho de 2013, buscamos na Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD) a teoria para nos dar suporte nesse estudo. Essa linha teórica busca, no entremeio entre a língua, inconsciente e história, compreender as relações de contradição que se estabelecem dessa tríade.

Desta forma, consideramos que só um estudo que não privilegie nenhuma das facetas do discurso isoladamente (língua, história e inconsciente) nos permitirá interpretar os efeitos de sentido decorrentes dessa tentativa de apagamento, a fim de compreender como ocorreram os processos materiais envolvidos neste processo discursivo, a partir da análise de *mensagens de protesto*.

Para que isso seja possível, precisaremos levar em conta as contradições nos discursos originados nessas mobilizações populares, não como falhas comunicativas, mas como constituintes da própria prática discursiva, para que, possamos estabelecer que o discurso não é só texto, mas o meio em que se materializa na língua a história e o inconsciente nas ruas das principais cidades do Brasil em junho de 2013.

Ao trabalhar no espaço teórico de cruzamento da língua, com o inconsciente e a história, a AD propõe-se a repensar a noção de transparência da língua sobre a qual determinadas áreas das ciências sociais assentam sua perspectiva teórica e, com isso, trabalham em busca dos processos de produção de efeitos de sentido e de suas determinações histórico-sociais.

Para compreender como o funcionamento dos processos discursivos envolvidos na tentativa de apagamento podem ter relação com as tomadas de posição do sujeito nos discursos, propomos compreender quais as relações entre as diferentes formas de identificação do sujeito nas tomadas de posição, conforme Pêcheux (2009) e Žižek (2006), podem ser correlacionadas com a produção das *mensagens de protesto* escritas nos cartazes que os manifestantes empunharam durante esse evento histórico.

Por isso, nosso objetivo geral será analisar se as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas *mensagens de protesto* de junho de 2013

estabelecem relação com as diferentes modalidades de identificação do sujeito (*Bom Sujeito*, *Mau Sujeito* e *Sujeito Desidentificado*) propostas por Pêcheux (2009).

A partir deste objetivo, será necessário também:

- examinar em determinados discursos produzidos pelos manifestantes envolvidos nos protestos de junho de 2013 se a passagem de uma Formação Discursiva, conformada com a representatividade dos partidos políticos, permitiu o deslocamento dos sujeitos para outras Formações Discursivas que resistem ou se revoltam com essa prática;
- investigar de que modo a ideologia (o efeito da relação entre o sujeito, a história e a linguagem) constituiu a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos nos protestos.

Além desta introdução, o trabalho apresenta mais cinco capítulos.

No Capítulo 2, exporemos o caminho metodológico adotado em nosso estudo. Neste capítulo, o foco será estipular a metodologia adotada permitida em um estudo materialista de discurso, além de definir nosso *corpus* e os critérios escolhidos na seleção dele, como a utilização metodológica de determinadas práticas de acordo com a AD.

No Capítulo 3, buscaremos mostrar como ocorre a representatividade dos partidos políticos, a partir de seu funcionamento no Brasil, e as propostas de Marx e Engels quanto à relação imaginária entre a representatividade e a função de legislar dos partidos políticos.

No Capítulo 4, nosso objetivo será ressaltar a importância da AD para a análise dos processos discursivos e a importância dessa abordagem para este estudo. Além disso, procuraremos trazer determinados conceitos importantes propostos pela AD, de forma que após essa conceituação possamos relacioná-los ao nosso objeto de pesquisa.

No Capítulo 5, finalmente, verificaremos se as modalidades de identificação propostas por Pêcheux mantêm ou não relação com a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos ocorrida nas manifestações de 16 de junho de 2013 nas capitais dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo destina-se a descrever os princípios metodológicos que foram aplicados à consecução desta dissertação de mestrado, bem como o ambiente da pesquisa e os procedimentos para a coleta de dados. Essencialmente como proposta metodológica buscamos apresentar os conceitos teóricos necessários a confecção desta dissertação, em seguida repensá-los (quando necessário), para que após essa revisão, fosse possível adequá-los a materialidade em estudo, ressaltamos que mais do que aceitar as conceituações como prontas e acabadas, notamos a necessidade de retomar formulações já aceitas como evidentes para determinada época histórica, mas que em nossa contemporaneidade precisam de aparas e novos pontos de vista.

Quanto à metodologia, nosso objetivo é externar as ferramentas teóricas mobilizadas na análise da materialidade discursiva *mensagem de protesto* de modo a interpretar como os processos materiais envolvidos na produção discursiva dessa materialidade podem ser compreendidos a partir de um procedimento que privilegie uma abordagem qualitativa³ de nosso objeto de estudo (a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas *mensagens de protesto* ocorridas nas manifestações de junho de 2013) não levando em conta diretamente o conteúdo das materialidades discursivas em estudo, mas tentando compreender como se processa essa produção de sentidos. Segundo Orlandi (2007, p. 91), a AD não analisa o conteúdo dos textos, visto que “não é pelo conteúdo que chegamos à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos”; para a autora, “o conteúdo ‘contido’ num texto serviria apenas como ilustração de algum ponto de vista já afirmado alhures” (ORLANDI, 2007, p. 91).

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que a internet foi fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador será quem fez esse recolhimento. Conforme Gerhardt e Silveira (2009),

este tipo de pesquisa tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão [...]. (2009, p. 35).

³ Conforme Chizzotti (2006, p.28), o termo ‘qualitativo’ implica “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Em relação aos procedimentos mobilizados nesta dissertação, desenvolvemos: 1) uma pesquisa bibliográfica de fundamentação teórica em AD; 2) um estudo de campo, em que buscamos estudar as *mensagens de protesto* de maneira a compreender como se materializou a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos, a fim de cumprir os objetivos estabelecidos por esse estudo.

A AD envolve algo mais do que saber o sentido dos dizeres, envolve saber quem produz o discurso, para quem ele é produzido e quais práticas discursivas são mobilizadas. Para Brandão (1998), trata-se de um método que nasce com a preocupação

de fazer uma análise textual voltada para o texto considerando sua opacidade: a interpretação devia levar em conta o modo de funcionamento linguístico e textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção. (1998, p. 19).

Nossas principais ferramentas teóricas foram, prioritariamente, cinco concepções em AD: modalidades de identificação no discurso (proposta por Pêcheux e Žižek), ideologia (propostas por Marx, Engels, Gramsci, Althusser e Pêcheux), Formação Discursiva (propostas por Foucault e Pêcheux), forma-sujeito e sujeito (propostas por Pêcheux e Orlandi).

Além do estudo dessas concepções em AD, fizemos, simultaneamente, uma pesquisa documental no site www.melhorquebacon.com. com o intuito de selecionar fotos das manifestações de junho de 2013 que contivessem *mensagens de protesto* em cartazes carregados por manifestantes e que nos permitissem verificar a materialização da tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos.

A justificativa da escolha desse site especificamente deu-se por dois motivos: o primeiro, a dificuldade de precisar na rede mundial de computadores (*Google, Facebook*, etc.) locais e datas em que determinadas materialidades discursivas foram feitas e que pudessem representar essa tentativa de apagamento da representatividade, visto que determinados cartazes de protesto poderiam ter sido produzidos em diferentes meses do ano de 2013 e, com isso, a análise poderia comparar, por exemplo, um cartaz produzido em junho com outro produzido em setembro, dois momentos histórico-sociais diferentes das manifestações que ocorreram por todo segundo semestre do ano de 2013; o segundo, pela opção do produtor do site em colocar fotos de cartazes produzidas somente no dia 16 de junho de 2013, em duas diferentes capitais do Brasil (São Paulo e Belo Horizonte), exatamente no dia seguinte a essas mobilizações (17 de junho), assim o problema apresentado pelo primeiro motivo da escolha é sanado e o estudo pôde, a partir disso, comparar materialidades discursivas produzidas em um

mesmo momento histórico e em dois locais específicos que foram espaços físicos das manifestações do dia 16.

Essa definição espaço-temporal no *corpus* nos permitiu estabelecer uma sequência de manifestações que possibilitou a interpretação e compreensão de como se deu a relação entre as tomadas de posição do sujeito e tentativa de apagamento dos partidos.

Na busca de materialidades discursivas que pudessem simbolizar essa tentativa de apagamento durante o mês de junho de 2013 destacamos que nosso ambiente de pesquisa foi a página de internet <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm> encontrada no site www.melhorquebacon.com a qual foi acessada no mês de fevereiro de 2014.

Além dos dois motivos já apresentados anteriormente, a motivação principal para selecionar essa página de internet, especificamente, foi o fato de que ela veiculou eletronicamente no dia 17 de junho uma quantidade significativa de materialidades representativas da tentativa de apagamento em cartazes com *mensagens de protesto* de duas manifestações que aconteceram no dia anterior (16 de junho) nas cidades paulista e mineira.

Logo, nosso *corpus*, compreendido aqui como *mensagens de protesto* (designação do produtor do site: Pedro Davi) será composto de enunciados de protesto retirados de fotos de cartazes das mobilizações de 2013. Dentre as trinta fotos disponíveis na página da internet, selecionamos sete fotos com referência direta ou indireta à tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos.

Entendemos que só essas sete poderiam estar interligadas entre si na tentativa de apagamento, pois, como vimos na introdução, apesar de considerarmos que tal tentativa constitui-se como uma das principais temáticas dos protestos, não devemos esquecer que esses protestos ficaram caracterizados pela profusão de diferentes reivindicações.

Nesta pesquisa, cada uma destas fotos representarão uma *Sequência Discursiva de Referência*, doravante SDr, (COURTINE, 2009, p. 54), sequência tomada como ponto de referência para organizar nosso *corpus*. Conforme Courtine (2009),

convém, para começar, determinar a escolha de uma sequência discursiva como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização; nomearemos tal sequência discursiva: sequência discursiva de referência (SDr). A SDr está relacionada a um sujeito de enunciação como a uma situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados) [...]. (2009, p. 107-8).

De acordo com o autor, as SDRs estão relacionadas diretamente à situação de enunciação de um momento histórico-social que dá origem a determinada SDR e dela uma sequência de outras materialidades podem ser organizadas, em outras palavras o campo discursivo onde determinadas SDRs produziram determinados efeitos de sentido. Assim, a SDR é um ponto central de um discurso que representa um espaço de cruzamento que liga determinado lugar e tempo a algumas coordenadas específicas em que uma enunciação foi produzida, já que, conforme Pêcheux (1997, p. 312), “a construção efetiva desse espaço constitui-se um gesto epistemológico de ‘ascensão’ em direção à estrutura [...] que supostamente as engendrou”.

Conforme Courtine (2009, p. 57) “um campo discursivo de referência” é um espaço dentro do “universal do discurso”, logo, do conjunto potencial dos discursos que podem ser objeto de análise. Em nosso estudo, esse campo discursivo forma-se a partir da *insatisfação dos manifestantes com a representatividade dos partidos políticos nas manifestações de 2013*. Para Courtine (2009),

a constituição de um corpus discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano) hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. (2009, p. 54).

Por isso, dentro do campo discursivo *insatisfação dos manifestantes com a representatividade dos partidos políticos nas manifestações de 2013*, nosso critério de recorte das SDRs, principalmente a SDR 1, centrou-se em *mensagens de protesto* que fizessem alusão - além do questionamento da representatividade dos partidos políticos ou do Estado e o incentivo à participação popular sem a participação dos partidos políticos - ao debate sobre a situação social, econômica e política do Brasil em junho de 2013.

Estipuladas nossas bases metodológicas, na sequência desta dissertação buscaremos compreender como a representatividade dos partidos políticos tornou-se o canal de diálogo entre a sociedade civil e política em nossa contemporaneidade. Nosso objetivo será mostrar as raízes históricas da representatividade dos partidos políticos no mundo e no Brasil, a atual legislação brasileira que regula essa representatividade e como ocorre a ação dos partidos na organização política do Brasil, para, em seguida, aliados a Marx e Engels, questionar se essa representatividade não seria só mais uma ilusão por meio da qual o Estado alicerça a “crença” de que os partidos políticos são ao mesmo tempo responsáveis por legislar e representar a população em geral.

3 REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Quando pensamos em representatividade dos partidos políticos precisamos lembrar que essa representatividade origina-se na necessidade do Estado em produzir formas da população em geral participar das decisões políticas; não há como pensar em democracia sem essa participação. Segundo Cremonese (2012),

na dimensão social, a participação é entendida como um processo real em que se pode vê-la do ponto de vista das classes que operam na sociedade. A participação é vista da classe trabalhadora, das classes populares, como um processo de lutas em que a população tenta assumir, buscar sua parte. (2012, p. 80).

Considerando a participação como um processo de lutas, as diferentes classes buscam, em determinados componentes políticos da própria organicidade do processo democrático, um modo político de atuar. O mais tradicional desses modos é representado pela função dos partidos políticos na estrutura das democracias modernas. Conforme Duverger (1970), o termo ‘partido político’ pode ser interpretado:

como uma união de diversos sujeitos que têm interesse e ideias em comum contra outra opinião contrária; foi emprestado, desde a Idade Média, do vocábulo militar, quando se utilizava o termo partido, que designava uma tropa de soldados separada para lutar em guerra. Os partidos criados a partir do Parlamento e das eleições surgem a partir de uma ligação entre grupos parlamentares de um lado e os comitês eleitorais posteriormente formados de outro lado. Os partidos de origem exterior ao Parlamento são formados por grupos situados fora do sistema político propriamente dito. Seriam, por exemplo, os grupos de pressão, como as associações camponesas, sindicais, as cooperativas, as chamadas ‘sociedades de pensamento’, como as seitas religiosas, a maçonaria, etc. (1970, p. 32).

Dado o efeito de origem da expressão ‘partido político’ na Idade Média, nos séculos que se seguiram o papel de representação dos partidos na estrutura social tornou-se essencial para compreender várias regularidades das ações políticas do Estado.

Segundo Duverger (1970), os primeiros partidos políticos modernos, com funções e regularidades semelhantes às de hoje, surgiram na Inglaterra em 1832, nos Estados Unidos em meados de 1836, e na França associados à revolução de 1848. Mas somente em 1850 podemos definir sua origem, de acordo com Duverger (1970, p. 1): “os verdadeiros partidos existiam em 1850 somente nos Estados Unidos”.

O surgimento dessas agremiações políticas originou-se da necessidade de seus idealizadores, nesses países, apresentarem a solução para a participação popular na política, para isso eles propuseram a escolha de determinados grupos da população com o intuito de

que fossem transformados em canais de diálogo entre o sujeito e o Estado. Para que esses canais de diálogo realizassem sua função no Estado foi colocada a política como a forma material para que a sociedade civil se coligasse aos partidos políticos.

A partir da política seria estabelecida a forma para que as diferentes opiniões e posicionamentos políticos chegassem a um consenso e as reivindicações da população em geral fossem transmitidas ao Estado pela representação do político no sistema partidário. Conforme Cazarin (2011, p. 36),

o objetivo da política, então, seria descobrir a maneira de viver que levasse à felicidade, à forma de governo e a instituições sociais capazes de garanti-la. [...] o fato de os homens serem diferentes entre si é que os faz se manifestarem, no plano da atividade política, através do discurso e da ação. (2011, p. 36-37).

Por isso, na política, os homens, diferentes entre si, buscariam atribuir ao político – sujeito responsável em representar uma parcela da população no poder executivo e legislativo –, a incumbência de representar discursivamente as principais opiniões populares e permitindo a ele, como político ciente dessas opiniões, exercer a ação de legislar ao juntar ação e discurso na produção da prática política.

Deste modo, é na prática política que as propostas de organização política surgidas a partir do aparecimento histórico dos partidos políticos norte-americanos, ingleses e franceses no século XIX criaram as bases partidárias para a atuação do político (no sistema eleitoral) e dos partidos políticos no Estado Democrático que conhecemos hoje.

Nesses eventos, de surgimento histórico dos partidos, há um ponto em comum que deve ser ressaltado: a concentração do poder político e jurídico de determinados cidadãos e organizações políticas sobre os demais cidadãos e organizações sociais no Estado, inclusive no Brasil a partir do século XIX.

Lembramos que essa concentração de poder político e como foi feita sua institucionalização a partir da questão da representatividade dos partidos políticos no Brasil, começando no século XIX e seguindo nos séculos XX e XXI, nos remete à necessidade da existência do sistema eleitoral na organização desse processo.

Se levarmos em conta a concepção idealizada da democracia, ela parte do pressuposto da participação de todos os cidadãos nas decisões políticas no Estado, independentemente de suas crenças ou posições sociais, e um dos alicerces dessa atuação do sujeito (na posição discursiva de cidadão no plano participativo da política) é o sistema eleitoral, que tem como componente básico os partidos políticos. A participação democrática,

na sua forma moderna, pressupõe a existência de representação dessas organizações políticas, surgidas devido à complexidade da estrutura social nos Estados Democráticos de Direito.

Para atender às demandas surgidas dessa complexidade, foi imposta pelo Estado uma sistemática no processo de escolha de representação que possibilitasse, mesmo que idealmente, as diferentes concepções sociais, políticas e econômicas do sujeito na sociedade.

Os partidos políticos assumem uma posição de destaque na composição da estrutura político-representativa de um Estado concebido para ser um Estado Democrático de Direito. O motivo dessa posição de destaque é seu papel central no sistema eleitoral moderno. Essas instituições políticas permitem – ou deveriam permitir – ao sujeito o conhecimento prévio do posicionamento do candidato que o representará a partir das demandas político-legislativas em debate no Estado. O candidato a um cargo público busca, na filiação partidária, um requisito para viabilizar ser votado e escolhido para representar seus concidadãos. Com isso, os partidos políticos assumem dois caracteres possíveis: o alinhamento de propostas políticas entre o sujeito e o partido político; e a possibilidade de o próprio sujeito tornar-se um político a partir da filiação a uma agremiação político-partidária.

No entanto, a participação do sujeito na democracia moderna ocorre normalmente de maneira indireta, caso ele decida não se tornar um político no sentido partidário do termo; isso significa dizer que a participação material do sujeito nas decisões do Estado se dá pelo convencimento produzido pelo político da necessária representatividade dos partidos políticos. Esse convencimento incide a partir do discurso político.

No discurso político, conforme Coracini (1991, p. 43), o sujeito enunciator ultrapassa “o nível da convicção” e empenha-se em “atingir o nível da ação”, com o objetivo de levar o “público ouvinte a agir pelo voto”. Por estar inserido em uma situação tensa e conflituosa com outros políticos, o sujeito enunciator esforça-se por convencer o receptor de seu discurso (eleitor em potencial) de que é o candidato indicado para ocupar o cargo público.

Diante da capacidade de convencimento do discurso político, cria-se um vínculo da agremiação partidária com o sujeito, na estrutura política, para a discussão, contestação e reivindicação das demandas perante o Estado.

Ao voltarmos à origem histórico-social da representatividade dos partidos políticos nos Estados Unidos, na Europa e posteriormente no Brasil, veremos que ela procede da luta e resistência dos parlamentos nacionais frente ao absolutismo de um poder monárquico central, e que essa resistência permitiu a sedimentação das instituições democráticas e representativas conhecidas como partidos políticos.

Os partidos políticos, dessa forma, canalizam e estruturam - ou deveriam canalizar e estruturar - os conflitos e demandas sociais, visto que assumem a postura de um mecanismo histórico-político que viabiliza essas demandas chegarem ao Estado, passando a constituir uma representação idealizada da pluralidade social.

Para Althusser (1985), essa representação partidária sempre mantém um caráter conflituoso, já que é necessário definir o que é o sistema político e como ele perpetua as atuais estruturas de poder no Estado; assim, conforme o autor,

pode definir-se como um modo de representação (eleitoral) da *vontade popular*, por meio dos deputados eleitos (em sufrágio mais ou menos universal), perante aos quais o governo, eleito pelo chefe de Estado ou pelo próprio Parlamento, deve responsabilizar-se por sua política. No entanto sabemos que, na realidade – e nisso reside a vantagem desse aparelho para a burguesia –, o governo dispõe de uma quantidade impressionante de meios para eludir e contornar essa responsabilidade. (1985, p. 115-116).

Muitos são os fatores que podem configurar-se como responsáveis para os partidos políticos serem escolhidos pelos eleitores. Podemos citar fatores econômicos, políticos, religiosos e sociais. Com isso, os partidos simbolizam o canal idealizado de diálogo entre sujeito e Estado.

Podemos interpretar que os partidos políticos funcionam - ou deveriam funcionar - como aglutinadores das ações políticas que têm como proposta mediar a relação Estado/sujeito, ao construírem uma perspectiva de participação popular desse sujeito nas atividades sociais, econômicas e políticas do Estado.

Vistos dessa forma, os partidos políticos estão ligados à questão partidária em qualquer democracia no mundo, mesmo que possamos compreender que, muitas vezes, essa ligação com a democracia só ocorra no campo da idealidade, pois, atualmente, é preciso levar em consideração a crise de representatividade pela qual os partidos políticos têm passado no mundo todo, inclusive no Brasil, levando ao afastamento de parte da população a partir do descontentamento quanto à maneira como esses partidos desempenham seu papel no Estado.

3.1 A REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS NO BRASIL

De acordo com Fonseca (2014), a história dos partidos políticos no Brasil apresenta cinco períodos: período monárquico (1821 a 1889); primeiro período Republicano (1889 a 1930); período que transcorreu até 1946; período da constitucionalização que se

verificou após a ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945); e período do surgimento dos partidos de âmbito nacional.

O período monárquico foi caracterizado pela existência de partidos nacionais, mas sem real militância nas suas bases. No Brasil Império havia somente uma democracia de apoio ao governo monárquico, pois não tinha eleitores ou eleições.

Na República, no seu período inicial (1889 a 1930), não houve mais partidos nacionais, porque toda a luta pelo poder se desenvolveu nos entendimentos e desentendimentos entre o Presidente da Nação e os Chefes dos Estados-Membros da Federação, cada um dos quais organizava e dirigia partidos estaduais.

Entre 1930 e 1946, poucos partidos existiram, estes com duração limitada. Essa situação mudou com a entrada em vigor da Constituição de 1946, quando se organizaram alguns partidos estruturados em função de certas ideias e posicionamentos políticos.

Após o golpe de 1964, com o estabelecimento do Regime Militar no Brasil, a Lei Falcão estabeleceu a existência de apenas duas legendas: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Enquanto a ARENA reunia os políticos favoráveis ao regime militar, o MDB reunia a oposição, embora controlada.

Esse sistema bipartidário não existe mais e, desde o início da década de 1980, nosso país voltou ao sistema democrático com a existência de vários partidos políticos. Com o fim da ditadura militar (1964-1985), diversos partidos políticos foram criados e outros que estavam na clandestinidade voltaram a funcionar.

Foi a Constituição de 1988, ainda vigente, que operou uma total reformulação do quadro partidário, com a pulverização dos partidos anteriores e o surgimento de novos, sempre de caráter nacional. Em razão do pluralismo político, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1.º, V, da CF), em 1988, surgiram os chamados minipartidos (legendas vazias de efetivos eleitorais), ao lado de alguns partidos que, embora recém-fundados, apresentavam representatividade nacional na mobilização política, notadamente após a eleição presidencial de 1989.

No Brasil, o sistema político depende da presença de diferentes partidos políticos, visto que essa pluralização partidária é relevante para o pleno funcionamento do regime político, já que o próprio partido político é considerado como elemento de base para a existência da democracia. Por isso, a atual Constituição Federal, no seu artigo 17, especifica os princípios e deveres dos partidos políticos, em um dispositivo que está incluído num capítulo próprio, inserido no Título II: dos direitos e garantias fundamentais.

Nessa norma a criação, alteração estrutural e dissolução de partido político é de inteira liberdade de seus membros, exigindo-se apenas a obediência aos princípios fundamentais do sistema partidário inscritos na Constituição, que dá plena liberdade de organização e disciplina, apenas sob supervisão da Justiça Eleitoral, no que tange ao seu registro e ao uso financeiro em suas atividades partidárias e eleitorais.

A Constituição de 1988, ao estipular uma grande liberdade de organização partidária, propõe certas restrições, já que essa liberdade não é incondicional. O texto constitucional fixa princípios e cria deveres de incidência obrigatória sobre os partidos políticos. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana” (BRASIL, 1998, p. 8), desde que sejam observados determinados preceitos. Conforme a Constituição de 1988 (BRASIL, 1998, p. 8) esses preceitos são:

- o partido deve ter caráter nacional;
- a proibição do recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro;
- a prestação de contas à Justiça Eleitoral é obrigatória;
- o funcionamento parlamentar do partido deve ser de acordo a lei;
- a garantia aos partidos políticos de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária;
- os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registram seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;
- os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei;
- proibição da utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Enquadrados nessas normas da Constituição Federal de 1988, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴ informa que, no Brasil, existem trinta e dois partidos políticos registrados até este momento e permitidos de participarem das disputas eleitorais de 2014.

⁴ Informação retirada do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no endereço eletrônico: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 1 de março de 2014.

São eles: PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores), DEM (Democratas), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PTC (Partido Trabalhista Cristão), PSC (Partido Social Cristão), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PRP (Partido Republicano Progressista), PPS (Partido Popular Socialista), PV (Partido Verde), PT do B (Partido Trabalhista do Brasil), PP (Partido Progressista), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), PHS (Partido Humanista da Solidariedade), PSDC (Partido Social Democrata Cristão), PCO (Partido da Causa Operária), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PSL (Partido Social Liberal), PRB (Partido Republicano Brasileiro), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PR (Partido da República), PSD (Partido Social Democrático), PPL (Partido Pátria Livre), PEN (Partido Ecológico Nacional), PROS (Partido Republicano da Ordem Social) e SDD (Solidariedade).

Esse número ainda poderia aumentar se a ex-senadora Marina Silva tivesse conseguido registrar o partido Rede Sustentabilidade em 2013. Segundo dados do TSE, em 2013, quando a Constituição de 1988 completou 25 anos de sua promulgação, foram criados exatamente 25 partidos. Considerando apenas os três últimos anos, esta média aumentou. Entre 2011 e 2013, foram quatro novas agremiações. Depois das manifestações de 2013, existem outras agremiações buscando assinaturas para serem aprovadas pelo TSE. Legendas como o Partido Pirata, o Partido Militar e o Partido Novo, por exemplo, não são reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas mantêm filiados nas redes midiáticas.

Ao compararmos o número de partidos no Brasil com o de países mais antigos que fazem uso da representatividade política (Estados Unidos, França e Inglaterra⁵), verificaremos que a realidade política brasileira apresenta um número excessivo de partidos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existem dois grandes partidos: o Partido Democrata e o Partido Republicano. Permitidos por questões financeiras e representativas, à disputa presidencial norte-americana⁶ são acrescentados mais quatro partidos: Partido Verde, Partido Libertário, Partido Reformista (Partido da Reforma) e Partido da Constituição. No entanto, a partir da realidade observada nas últimas eleições nos Estados Unidos (Clinton,

⁵ Informações retiradas do site: <<http://www.infoescola.com/política>>. Acesso em 1 de março de 2014.

⁶ Segundo o site: <brasilecola.com/política/presidente-eua> a eleição presidencial nos Estados Unidos é diferente da que ocorre no Brasil; inicialmente todo político que tem intenção de tornar-se presidente organiza um comitê exploratório antes da eleição, cuja finalidade é testar suas chances e arrecadar fundos. Devido aos altos custos de uma eleição presidencial norte-americana, normalmente ela fica restrita aos dois grandes partidos nacionais: Republicanos e Democratas. Acesso em 7 de abril de 2014.

Bush e Obama), podemos interpretar que a disputa para presidente norte-americano restringe-se aos partidos Republicano e Democrata.

Na França, os partidos com representação no parlamento são onze: Partido Comunista Francês, Convenção por uma Alternativa Progressista, Movimento Republicano e Cidadão, Partido Socialista, Partido Radical de Esquerda, Movimento Democrático, Esquerda Moderna, Partido Social Liberal Europeu-Novo Centro, União por um Movimento Popular, Elevação da República e Movimento pela França.

No parlamento inglês, existem seis grupos políticos: Partido Trabalhista, Partido Conservador, *Crossbencher*, Partido Liberal Democrata, *Lords Spiritual* e Partido da Independência. Na Inglaterra, a sistemática partidária funciona em um regime monárquico.

A partir dessa comparação, podemos dizer que não é de se estranhar que a representatividade no Brasil e nos países que optam pelo regime democrático seja questionada, visto que as manifestações de junho de 2013 só refletiram a dificuldade do sujeito em reconhecer, entre as trinta e duas siglas políticas existentes, uma organização partidária que possa representá-los de maneira satisfatória.

Esta crise de identidade na representação dos partidos políticos que vimos em 2013 nas manifestações já foi tratada por outros dois pensadores no século XIX, por isso, neste momento, propomos estudar o que os pais do Materialismo Histórico têm a dizer sobre a representatividade dos partidos políticos.

3.2 MARX E ENGELS: A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE

Para este estudo, as demandas apresentadas pela sociedade nas manifestações de junho de 2013 sugerem que havia algo em comum em algumas delas: a rejeição da representatividade político-partidária como símbolo da vontade popular da sociedade civil. O motivo de nossa suposição reside em como essa rejeição tornou-se uma reivindicação recorrente nas passeatas. Assim, propomos que o descontentamento com a representatividade dos partidos pode nos ajudar a refletir que algo está errado com essa prática política no Brasil.

Nesse sentido, podemos supor que os partidos parecem ter sua importância diminuída na medida em que, ano após ano, não conseguem transformar suas proposições eleitorais em realizações materiais relevantes na vida pública de todos os brasileiros.

Karl Marx, em pleno século XIX, propõe, quanto ao conceito de pensamento político, o problema de que as revoluções que ocorreram no século XVIII apenas mostravam-

se capazes de tomar posse da estrutura do Estado, mas revelavam-se ineficazes na ação de destruir essa estrutura estatal. Conforme Marx (2000),

é evidente que a prática revolucionária está em contradição flagrante com a teoria [...] torna-se ainda mais estranho quando verificamos que os emancipadores políticos rebaixam até mesmo a cidadania, a comunidade política, ao papel de simples meio para a conservação dos chamados direitos humanos. (2000, p. 37-38).

Para o autor, isso nos levaria a um problema maior na própria proposição dos partidos políticos como representantes da sociedade civil, que seria a separação entre sociedade civil e Estado. Conforme Pogrebinski (2007),

com efeito, Marx identifica nos direitos consagrados pela Revolução Francesa a separação entre o cidadão e o homem e, dentro deste último, uma cisão entre o seu aspecto civil e o político. A Declaração de direitos do Homem e do Cidadão de 1789 não considera como autêntico e verdadeiro o homem senão enquanto cidadão, e este senão enquanto um cidadão burguês. (2007, p. 49).

Para Marx, a própria Revolução Francesa implicava um extenso aprofundamento da separação entre sociedade civil e Estado, visto que tornava essa separação contraditória e, até certo ponto, com o seu contínuo refinamento, irreversível. Conforme Marx (2000),

o homem real só é reconhecido [na Revolução Francesa] sob a forma do indivíduo egoísta [...] os direitos humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, são apenas direitos do membro da sociedade burguesa, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade. (2000, p. 33-34).

Com a Revolução francesa, os fatos transformam-se em direito e o Estado moderno constitucionaliza os conceitos de cidadania, soberania, sufrágio universal e representação. Estes conceitos, por conseguinte, tornaram-se cada vez mais comuns para as populações do mundo todo.

A representação dos partidos políticos, para o autor, direciona ao enigma da separação entre sociedade civil e Estado. Conforme Marx e Engels (2002, p. 168), “a representação é um produto bem específico da sociedade burguesa moderna; não se pode separar uma da outra, não mais do que se pode dela dissociar o isolado indivíduo moderno”.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 188), a representação é um produto da modernidade política, ao passo que o sujeito isolado é um produto da representação; então, mesmo não podendo atribuir responsabilidade à representação dos partidos pelo isolamento do sujeito, podemos correlacionar como um de seus produtos o isolamento dele em sociedade.

Para Marx e Engels, o dilema a ser debatido é se todas as pessoas tomam parte no Estado ou apenas algumas delas. Abrem-se duas possibilidades de resposta a esse dilema: o Estado político é separado da sociedade civil ou quando a sociedade civil é sociedade política real o que se tem é a comunidade. Vejamos cada uma dessas possibilidades.

Quanto à primeira possibilidade, Marx e Engels (2002, p. 189) afirmam que o Estado político, compreendido como separado da sociedade civil, não abre possibilidade para que todos, enquanto sujeitos, tomem parte da legislatura. Sob esse aspecto, o Estado político leva uma existência apartada da sociedade civil, por isso essa deixaria de existir se todos virassem legisladores. Para Pogrebinski (2007), “a Revolução Francesa levou a separação entre o Estado e a sociedade civil às suas últimas consequências, tornando seu divórcio inexorável. [...] separam-se definitivamente homem e cidadão” (2007, p. 50).

Com essa separação entre homem e cidadão, o conceito de representatividade começa a ser naturalizado, pois, conforme Marx e Engels (2002, p. 189), “em outras palavras, o fato de que a sociedade civil tome parte no Estado político por meio de seus deputados é a expressão da separação e da unidade meramente dualista”. Separação compreendida como uma fissura entre os cidadãos, ou seja, de um lado a sociedade civil e de outro o Estado e a sociedade política, divididos por terem interesses diferentes.

Para Marx e Engels, a primeira possibilidade leva ao dilema da participação política no mundo moderno, já que surge, diametralmente, ligada às forças e às fraquezas do princípio representativo, visto que não é possível que todos os cidadãos participem enquanto políticos. Essa representação não permite jamais que a participação seja total e nem que considere os homens, individualmente, ou mesmo enquanto indivíduos; por conseguinte, o fato de que a sociedade civil tome parte no Estado por meio da representação, é a declaração de um dos maiores problemas da política: a separação entre a sociedade civil e o Estado.

Ficam dois questionamentos: se levarmos em conta que a sociedade política deixaria de existir se todo o sujeito se tornasse legislador, ou, se todos pudessem ser eleitos, a sociedade civil se dissolveria? Conforme Pogrebinski (2007):

Marx via o evento Revolução Francesa como uma dialética entre o Estado e a sociedade civil, na medida em que a emancipação política supostamente levada a cabo pela burguesia revolucionária francesa consistiu simplesmente na emancipação da sociedade civil em relação à política. O erro irrecuperável dos revolucionários foi ter declarado a vida política como um simples meio, cujo fim seria a vida da sociedade burguesa moderna. [...] O homem egoísta, membro típico da sociedade moderna, passa a ser a base, a premissa do Estado político. (2007, p. 51).

Logo, precisamos refletir sobre como o Estado moderno mantém sua existência divorciada da sociedade civil; afinal, para manter o Estado como uma simbolização da vontade popular é necessária a manutenção da existência imaginária da representatividade dos partidos políticos, e a maneira de materializar isso é tornar a representatividade uma ilusão.

Quanto à segunda possibilidade proposta por Marx e Engels, levando em conta a sociedade civil como a sociedade política real, o poder legislativo cessa de ser um corpo representativo, já que essa proposta não decorre da concepção de Estado político como algo existente separado da sociedade civil. Conforme Marx e Engels (2002),

alternativamente, a sociedade civil é a sociedade política *real*. Como tal, é sem sentido insistir em um requerimento [representação] que decorre da concepção de Estado político como algo existente separado da sociedade civil, e que tem raízes apenas em uma concepção *teológica* do Estado político. Nessa suposição, o *poder legislativo* cessa inteiramente de ser importante como *um corpo representativo*. (2002, p. 189).

A segunda possibilidade surge como uma alternativa à concepção moderna da política como apartada da sociedade civil e do Estado, já que quando a sociedade civil é a sociedade política real, o que se tem é a comunidade a qual, assim, adentra os domínios do político. A verdadeira democracia apenas pode realizar-se no espaço da comunidade, pois, para Marx e Engels (2002, p. 189), “é sem sentido insistir em um requerimento que decorre da concepção de Estado político como algo existente separado da sociedade civil”. Ou seja, para Marx e Engels (2002), não há sentido em aceitar uma concepção do político apartada da sociedade civil, visto que o princípio representativo encontra sentido somente na separação entre Estado e a sociedade civil, sendo ao mesmo tempo causa e efeito disso.

O poder legislativo não sendo mais um corpo representativo, a produção legislativa deixa de ser identificada com a representação. Para Marx e Engels (2002), interrompida essa ligação entre legislativo e representação, surge uma das principais vértices da concepção de democracia imbricada com as noções de autodeterminação e autogoverno.

Com a dissociação entre a atividade legislativa e a representação há a implicação de uma perda de confluência do conceito de direito e uma despolitização do conceito de representação. Para Marx e Engels (2002, p. 190), “a divisão do legislativo em sua função *legislativa* real e sua função *representatividade, abstrata, política*” cria a necessidade de dividi-la em duas: uma a função legislativa real e a outra uma função representativa abstrata.

Na primeira, para Marx e Engels (2002, p. 190), existe uma função que é concreta, mas a segunda não é real, visto que é uma abstração. A função representativa deve ser

diferenciada da função real, pois não é uma função legislativa. Ou seja, o legislativo divide-se em duas funções que não coincidem, uma de legislar e outra de representar. A função de legislar é real enquanto a função de representar é uma abstração.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 190), a função legislativa não se identifica com a função representativa, já que podemos falar em legislação como uma produção de direito, sem falar em representação. Assim, aqueles que legislam não são representantes e a soberania popular, com isso, não é representada, já que se os representantes são despidos de sua função legislativa e, se a eles só resta uma qualidade abstrata, não há de se falar em soberania popular.

A função real do princípio legislativo, de acordo com Marx e Engels (2002, p. 190), consiste em uma atividade dos cidadãos e ela prescinde de representação, pois a produção das leis passa a ser uma atividade humana, e não meramente uma função de algo externo aos homens. Conforme Pogrebinski (2007), com o fim da representatividade dos partidos políticos e ação dos legisladores, o sujeito torna-se o próprio Estado, visto que ao sujeito compete permitir-se:

tudo aquilo que o Estado, através das leis, não proíba. Vale dizer, a isenção do Estado define a esfera de ação livre dos homens, mas, ressalte-se, o Estado não deixa aqui de ser uma espécie de mediador entre os homens e a sua própria liberdade: é o Estado que concede a liberdade aos homens ao se eximir de promulgar leis que a restrinjam. (2007, p. 52).

No momento em que os homens produzem a legislação em sua própria atividade, há a função legislativa real, pois quando os cidadãos se autolegislam, não há que se falar em representação, por isso a autodeterminação encontra-se com o autogoverno. A função representativa, para Marx e Engels (2002, p. 190), é uma abstração, pois trata-se da abstração relativa à suposta existência política da sociedade civil. Uma existência política que não é real, já que não produz efeitos reais na legislação, equivale somente a uma simples ilusão.

Por isso, essa função representativa abstrata não é real, mas política, deste modo, uma marca do Estado moderno, separado da sociedade civil, no qual a política não pode ser mais do que um adjetivo, é representar uma tentativa da sociedade civil de aderir a uma existência política que é puramente ilusória. Quando o político apresenta-se como substantivo, não há que se falar em representação. Para Marx e Engels (2002):

O poder legislativo é representativo apenas no sentido em que toda função é representativa apenas no sentido em que toda função é representação, no sentido em que o sapateiro, por exemplo, na medida em que sua função responde a uma

necessidade social, é meu representante, em que cada atividade social determinada como atividade genérica representa simplesmente o gênero, quer dizer, uma determinação de minha própria essência, assim como todo homem é representante de outro homem. Nesse sentido, ele é um representante não em virtude de outra coisa a qual ele representa, mas em virtude do que ele é e faz. (2002, p. 189-190).

A representação dos partidos políticos perde seu sentido político e deixa de ser aquilo que o Estado moderno apresenta como representação política. Em outras palavras, o exercício da soberania popular por meio de representantes eleitos nasce da ilusão de que no ato político de representar estaria inserido o ato de legislar, ilusão que faz a sociedade civil aceitar que a partir da eleição a sociedade política representaria a sociedade civil nos poderes executivo e legislativo no Estado.

Logo, quando a representação perde seu sentido jurídico, enquanto acordo político entre duas pessoas em que uma delas, por meio de um mandato, exerça a vontade sobre a outra, as bases do conceito de representação dos partidos políticos torna-se cada vez a mais pura abstração. Marx e Engels (2002, p. 190), ao privar o conceito de representação de seus significados tradicionais, subvertem o sentido da ideia de representação ao desnaturalizar a representação enquanto conceito.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 190), o poder legislativo é representativo apenas no sentido em que toda a função é representativa, pois é uma abstração e não uma manifestação da soberania popular nem o exercício da vontade alheia. Neste sentido, toda função é representativa, mas como explicar que toda a função é representativa? Conforme Marx e Engels (2002, p. 190), “no sentido em que o sapateiro, por exemplo, [...] é meu representante”. O sapateiro é um representante da mesma maneira e sentido que o poder legislativo estatal também o é. Assim, a representação não é um atributo institucional, muito menos é uma qualidade especial conferida a alguns homens.

Mas o que torna o sapateiro tão representante quanto o parlamento como órgão da vontade popular? Para Marx e Engels (2002), o sapateiro é meu representante “na medida em que sua função responde a uma necessidade social” (2002, p. 190). A representação se define pelo provimento de respostas a necessidades sociais, visto que é uma necessidade que responde a necessidades sociais, ela tem, assim, uma função representativa.

De acordo com Marx e Engels (2002, p. 190), não se pode falar, portanto, em divisão, grau ou qualquer tipo de diferenciação valorativa das atividades, já que representar passa a ser potencialmente a consequência de uma atividade qualquer. Por isso um parlamentar eleito ou detentor de um mandato político representa tanto quanto um sapateiro,

já que supostamente a função de ambos responde a uma necessidade social e, assim, ambos são uma representação.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 190), “cada atividade social determinada como atividade genérica representa simplesmente o gênero”; assim sendo, toda atividade é representativa, seja de um sapateiro ou de um parlamentar eleito, desde que ele responda a uma demanda social. Com isso, toda atividade social é uma atividade genérica, pois representa o gênero.

Logo, para Marx e Engels (2002), uma atividade social é qualquer atividade exercida por um sujeito em sociedade; uma vez que cada atividade social é uma atividade genérica, todas as atividades dizem respeito a todos os homens que as realizam, da mesma forma, na medida em que representam a humanidade genérica, dizem respeito a todos os outros, mesmo aqueles que não a realizam. Marx e Engels (2002), com isso, desnaturalizam a representação, novamente na medida em que toda atividade é representativa, deste modo, se todas as atividades são representativas e todos são representados em todas as atividades sociais, não há representação possível.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 190), “cada atividade social determinada como atividade genérica representa [...] uma determinação de minha própria essência”; já que todo o sujeito está representado em todas as atividades, em última instância não há separação entre os indivíduos e a atividade. Consequentemente, o sujeito é a prática.

Para Marx e Engels (2002, p. 191), “assim todo homem é representante de outro homem”, visto que o homem só pode ser representante de outro homem na medida em que ele é representante de si mesmo, porque o homem representa a humanidade, ou melhor, a espécie representa o gênero. Conforme Marx e Engels (2002, p. 191), “nesse sentido, ele é o representante não em virtude de outra coisa a qual ele representa, mas em virtude do que ele é e faz”. A prática identifica-se com o sujeito. Mais do que anunciar-se por meio da atividade, o homem é sua própria atividade. O representante é um representante não por um valor externo a ele, mas em virtude de sua própria essência e sua própria atividade.

Levando em conta que cada homem representa a si mesmo e que todos se fazem representados em sua própria essência e atividade por si próprios e por todos, não há representação possível. Marx e Engels (2002, p. 191), ao desnaturalizar a representação enquanto conceito político, tornam a ideia de representação logicamente sem sentido, afinal, não há mediação possível do político no sistema eleitoral, visto que sua função não é representar mas sim legislar.

O único governo possível é aquele em que não há intermediários, no qual o sujeito abdica de representantes e se autorrepresenta no Estado, pois, para Marx e Engels (2002, p. 191), quando um homem governa a si mesmo, ele o faz porque ele só pode ser ele mesmo e mais ninguém, por isso, o sapateiro, que representa tanto quanto um parlamentar eleito, é a imagem do sujeito político, ou seja, o homem genérico, o sujeito empírico, singular, em cuja atividade reflete-se o conjunto da associação, a humanidade genérica.

Conforme Marx e Engels (2002, p. 191), é o modo de vida do sapateiro, o homem enquanto o que ele é e faz e nada mais, que indica o movimento da verdadeira democracia, que ao se descolar das instituições encontra seu espaço na prática material dos homens. A democracia, para Marx e Engels (2002, p. 191), passa, assim, a refletir-se na experiência humana e não nas instituições do Estado. Conforme Pogrebinski (2007):

a emancipação humana almejada por Marx implica no retorno do homem sobre si mesmo como ser social e, por isso, humano. Para que ela possa ser alcançada é necessário, antes, realizar a democracia. De acordo com Marx, a verdadeira democracia consiste justamente no momento da união entre o universal e o particular; no momento da fusão entre as esferas política e social; no momento do reencontro entre o indivíduo egoísta de sociedade civil e o cidadão abstrato do Estado. (2007, p. 52).

A verdadeira democracia, para Marx e Engels (2002, p. 191), consolida-se no cotidiano dos homens, revela-se em suas ações singulares, expressa-se por meio do ordinário, produzindo, afinal, a democracia do homem comum.

Para os autores, a representatividade dos partidos políticos provoca a ilusão de que a única forma de participação política é a partir do voto. Isso causa um rompimento entre social e político porque os partidos políticos não indicam representantes, mas legisladores que irão não representar a sociedade civil, mas simplesmente criar e votar leis que não necessariamente atendam às demandas da população em geral.

Com isso, o grau de legitimidade dos partidos políticos (enquanto veículos de tradução das demandas sociais, políticas e econômicas), segue diminuindo de importância no Brasil e no mundo, visto que as eventuais respostas às demandas sociais parecem não mais surtir efeito na representação política dos partidos políticos e dos eleitos por seus eleitores, levando a acontecimentos histórico-sociais como os ocorridos em junho de 2013, quando parte da população foi às ruas resgatar o direito de se autorrepresentar.

4 ANÁLISE DE DISCURSO: FILIAÇÃO TEÓRICA

4.1 PRELIMINARES

Nesta parte do texto buscaremos justificar a escolha da AD e, principalmente, a importância de Michel Pêcheux como efeito de origem dessa linha teórica, para, em seguida, tratar de alguns conceitos pertinentes à AD que se tornarão importantes neste trabalho.

A escolha do autor francês surge da importância de suas obras teóricas para a AD, permitindo-nos considerar Pêcheux como o fundador desta linha teórica que surge em 1968, na França, após a publicação de sua tese *Analyse Automatique du Discours*. Conforme Orlandi (1997, p. 5), “Michel Pêcheux é o iniciador da Escola Francesa de Análise de Discurso, que hoje se desenvolve sob várias perspectivas nos trabalhos em conjunto de autores bastante diferenciados (e diferenciadores) entre si”.

Para Orlandi (1997), os estudos e pesquisas sobre discurso, a partir de Pêcheux, desenvolveram-se compreendendo o discurso como espaço de observação e análise da relação entre a língua, a história e o sujeito, relação também compreendida como um lugar discursivo em que a língua liga-se à ideologia, sem elevar uma ou outra como mais importante para a compreensão dos dizeres do sujeito em determinado tempo e espaço geográfico.

Ao utilizarmos o suporte teórico da AD, buscamos os efeitos de sentido produzidos pelo texto e não o conteúdo textual dele. De acordo com Pêcheux (1990), é “no contato do histórico com o linguístico que se constitui a materialidade específica do discurso” (1990, p. 8). Para atender a suas demandas teóricas, a AD assenta-se em três áreas distintas sua proposta epistemológica. São elas: Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise.

Na Linguística, a AD buscou a noção de fala no discurso (Saussure); na Psicanálise, problematizou a noção de inconsciente e o descentramento do sujeito (Freud/Lacan); e, no Materialismo Histórico, resgatou a teoria da ideologia (Marx e Engels/Gramsci/Althusser).

Essa linha teórica se propõe a ser uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996), estruturada no espaço que há entre a linguística e as ciências das formações sociais, já que trabalha com as relações de contradição que se estabelecem entre essas disciplinas.

A proposta da AD é repensar essas relações de contradição, questionando na Linguística a negação da historicidade inscrita na linguagem, e nas ciências das formações sociais a noção de transparência da linguagem sobre a qual se assentam essas teorias.

Por isso, a AD não é simplesmente uma metodologia de estudo do discurso, mas uma proposta de análise discursiva de interpretação e compreensão fundada no cruzamento da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Com isso, a AD permite-nos um estudo buscando as determinações histórico-sociais do discurso e, principalmente, os processos de produção materializados pela necessidade do sujeito em gerar dizeres que façam significação para ele e para o outro sujeito, tais como as *mensagens de protesto* que foram produzidas em junho de 2013 nas principais cidades brasileiras, mensagens que buscaram externar um descontentamento do sujeito com a representatividade dos partidos as quais só puderam produzir efeitos de sentido diante do acontecimento histórico-social manifestações de 2013.

4.2 BASES TEÓRICAS PARA COMPREENDER A TENTATIVA DE APAGAMENTO

Após expor as propostas da AD, compreendemos que, ao trabalhar com essa linha teórica, não se pode pensar na existência de um sentido literal para os discursos ou mesmo que o sentido possa ser qualquer um, visto que a análise deve começar no reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem, já que toda interpretação depende de suas condições de produção. Por isso, a AD propõe, a partir do estudo da ideologia permitido pelo Materialismo Histórico, um deslocamento das noções de linguagem e de sujeito ao recomendar que a constituição da linguagem é inseparável da sua exterioridade enquanto produção social.

Para a AD, o sujeito deixa de ser o ponto central/original do discurso para ser compreendido como resultado da relação da língua com a ideologia, já que ele se constitui a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única de sentido, muito menos elemento onde se origina o discurso. O Sujeito (escrito com maiúscula) representa o Sujeito (Universal da ideologia) que seria a idealidade do sujeito sem as contradições do real que fazem todo o sujeito buscar nele sua referência especular. Compreendemos que esse Sujeito nas manifestações pode ser representado por diferentes formas: Sujeito Cidadão, Manifestante e *Black Bloc*. Conforme Beck e Esteves (2012), esse Sujeito com maiúscula:

seria a própria origem: o oroboro, o *'Hen to pan'* alquímico, ou seja, o Um, o Todo. Sendo assim, esse Sujeito (ao qual, na formação social capitalista, o sujeito se assujeita provocando o efeito de autonomia) não é uma forma concreta, um Super-Homem de carne e osso, mas uma forma que se reproduz discursivamente: é aquele que, numa formação ideológica X ou Y, todos devem replicar. (2012, p. 139-140).

A noção de sujeito parte do princípio de que todo sujeito, ao proferir seu discurso, é assujeitado por forças históricas e inconscientes que estão além de seu controle. Essas forças são os saberes que, ao representarem a memória coletiva, permitem que determinados discursos lancem diferentes efeitos de sentido (e não um sentido único), com a condição de que o sujeito identifique-se com esses discursos.

Para Orlandi (2007a, p. 99), “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia”. Consequentemente, o sujeito não pode ser interpretado como uma unidade da linguística que representa o indivíduo, mas uma função permitida aos indivíduos ao ocuparem determinados tempo histórico e espaço social. Aqui, o tempo foi o dia 16 de junho de 2013 e o espaço em estudo foram as cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Neste lugar e tempo, o sujeito pôde ter diferentes papéis de acordo com os imperativos que são necessários para que esse sujeito diga o que diz e que o sujeito a sua volta interprete o dito como válido e compreensível.

Nesse processo, é fundamental levar a ideologia como constitutiva da identidade do sujeito, pois, conforme Orlandi (2007b), a noção de sujeito não pode se desvincular da noção de ideologia, já que:

o sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso. (2007b, p. 2).

O sujeito mergulhado em sua experiência de mundo, em nosso caso, corresponde às manifestações ocorridas no dia 16 de junho de 2013, a partir da incompletude de sua identidade – ora Cidadão, ora Manifestante, e até mesmo, para alguns, *Black Bloc*.

Interpretamos que, como o sujeito tem a necessidade inconsciente de reconhecer saberes que o representarão, definindo quem é para si próprio e para o outro sujeito na eterna busca de identificação com suas condições materiais de existência, essa busca de identificação é resultado da constante necessidade de completar-se com o mundo que o cerca, até mesmo quando as manifestações fazem um chamamento a uma maior participação popular nas ruas das principais cidades do Brasil.

Essa necessidade de completar-se surge a partir da interpelação produzida pela relação do sujeito com a linguagem, a história e o inconsciente. Isso pode ser visualizado, no que diz respeito a este estudo, quando os sujeitos - no momento histórico das manifestações, inquiridos a tomarem uma posição no discurso diante da indignação surgida a partir do

questionamento da ilusão da representatividade dos partidos políticos, ou seja, diante da compreensão de que a função de legislar e representar são apartadas - vão às ruas para representarem-se a si mesmos de diversas formas, uma das quais, objeto de nosso estudo, a produção das *mensagens de protesto* nos cartazes.

Para Althusser (2008, p. 219), é pela interpelação produzida pela ideologia e pela submissão do sujeito ao Sujeito (Universal) que o autorreconhecimento promove a identificação que nasce a partir do “reconhecimento mútuo entre o sujeito e o Sujeito, e entre o próprio sujeito, e o reconhecimento do sujeito por si mesmo”. Em outras palavras, é na interpelação pela ideologia, que transforma indivíduo em sujeito, que toda manifestação discursiva tem sua determinação de efeitos de sentido. Para os manifestantes, a produção desses dizeres remeteu a discursos, segundo os quais, a representatividade dos partidos não é mais uma verdade naturalizada e, portanto, não é mais reconhecida incondicionalmente.

Para compreendermos como está ocorrendo essa representatividade, propomos rever como discursivamente surge o sujeito em sociedade. A condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso origina-se da passagem dos indivíduos pela interpelação proporcionada pela ideologia (ALTHUSSER, 1985, p. 97). A interpelação pela ideologia abre a possibilidade de que o sujeito aceite, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pelo Estado e pelo outro sujeito. O efeito ideológico elementar desse processo é fazer com que o sujeito tenha a ilusão de autonomia a cada tomada de posição no discurso. Logo, quando o sujeito, nas manifestações, fez uso de cartazes com *mensagens de protesto* teve a ilusão de autonomia em sua produção discursiva, não se apercebendo de que essa ilusão mascara a própria ação da ideologia em sua constituição como sujeito em sociedade, pois é a ideologia que permite que o sujeito tome uma posição no discurso de acordo com os saberes que são permitidos para que se realize sua identificação.

Concebemos tomada de posição no discurso como momentos de interpretação do sujeito frente ao discurso produzido e como se dá a identificação desse sujeito quando assume ou nega determinados saberes neste lugar discursivo. Pêcheux (2009, p. 209) ressalta que as tomadas de posição representam, em primeira instância, interesses de classes, interesses que podemos relacionar com as tomadas de posição no discurso, como quando o sujeito ocupou a posição no discurso de cidadão ou manifestante nos protestos de 16 de junho de 2013.

Nas manifestações, o sujeito busca ocupar um lugar no discurso que possibilitou que seus dizeres fizessem sentido para ele e para outro sujeito, por isso, para Pêcheux (2009, p. 171-172) “a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um ‘ato originário’

do sujeito falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso [lugar do repetível]”.

Mas a cada tomada de posição no discurso, o sujeito, a partir de práticas discursivas, precisa identificar-se com os saberes que permitirão que seu dizer possa produzir efeitos de sentido para ele e para o outro sujeito, e o faz de diferentes formas. Conforme Pêcheux (2009, p. 172),

a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o Sujeito. (2009, p. 172).

Por isso “todo ponto de vista é o ponto de vista de um sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 179), assim o sujeito, inserido em uma matriz de sentidos, tem regulado por essa matriz o que pode e deve ser dito, já que, durante as manifestações em junho de 2013, o sujeito identificou-se, determinado pelas circunstâncias do acontecimento histórico-social, o que poderia ser dito nesses protestos de 2013. O que o Estado não esperava é que se questionassem o papel representativo dos partidos políticos nessas mobilizações populares, pois o sujeito descontente com o papel desses partidos materializou uma espécie de derrapagem discursiva nessa representatividade. Em AD, a matriz de sentidos onde ocorre essa derrapagem é nomeada Formação Discursiva, doravante FD. A FD, inicialmente, deve ser compreendida como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Conforme Foucault (2007, p. 43):

sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva. (2007, p. 43).

Pela definição de uma regularidade, é possível estabelecer uma FD, mas, a partir das reformulações de Michel Pêcheux sobre a conceituação foucaultiana, é preciso lembrar que a FD não é só uma relação entre práticas e dizeres do sujeito, já que “a luta entre materialismo e idealismo não cessa jamais” (PÊCHEUX, 2009, p. 196). Logo, segundo Pêcheux (2009), chamaremos de “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (2009, p. 160).

A FD sempre refletirá a interpelação da ideologia e da luta de classes no sujeito, contudo precisamos problematizar como se dá essa luta de classes presentemente, visto que, na formulação de Pêcheux quanto à FD, o filósofo francês, ciente da dicotomia capitalismo/socialismo intensificada pela Guerra Fria da década de 60, buscava ressaltar a luta entre proletariado e burguesia, base do Materialismo Histórico. Em nossa contemporaneidade, porém, essa concepção de luta de classes torna-se mais porosa e furtiva, fato que nos leva a supor que essa luta, hoje, possa se sintetizada numa luta entre incluídos e excluídos das benesses da representatividade dos partidos na estrutura do Estado. Desta forma, para Pêcheux (2009):

toda a prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições histórica dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas [...], de modo que elas são o lugar de um trabalho de reconfiguração que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição [...]. (2009, p. 213).

Com isso as FDs, determinadas pelas práticas discursivas do sujeito, separam os saberes dos incluídos e excluídos na representatividade dos partidos políticos durante as manifestações, de maneira que de acordo com determinada “concepção de mundo” cada sujeito interpretou as demandas dos manifestantes de diferentes maneiras. Aqui, propomos o estudo de três diferentes Formações Discursivas que reuniriam em diferentes matrizes de saberes da política brasileira a representatividade dos partidos em relação direta com as tomadas de posição do sujeito nas manifestações de junho de 2013. São elas: FD de concessão (dos cidadãos), FD de resistência (dos manifestantes) e FD de revolta (dos *Black Blocs*). Ressaltamos que essas denominações devem ser levadas na sua ligação com a representatividade dos partidos políticos; assim, quando atribuímos a determinado sujeito a FD de concessão, ela deve ser compreendida como conformada com a representatividade dos partidos políticos, da mesma forma que as FD de resistência e FD de revolta surgem da resistência e/ou revolta com essa representatividade.

Além de considerarmos essas FDs com determinadas particularidades, algumas vezes similares entre si e outras vezes muito diferentes, propomos pensar que determinado sujeito nesta pesquisa não apresentava identificação somente a uma dessas FDs, mas simultaneamente à fusão delas, ora predominando a FD de concessão, ora predominando a FD de resistência, que produziram o que nomeamos como FD de concessão/de resistência (quando a FD de concessão teve uma parte constitutiva maior na identificação do sujeito) e

FD de resistência/de concessão (quando a FD de resistência teve uma parte constitutiva maior na identificação do sujeito).

Em uma relação imaginária com o que pode e deve ser dito, o sujeito encontra um lugar onde falará e produzirá efeitos de sentido, desde que aceite inconscientemente as relações de força no discurso presumido pela FD em que está inscrito. Por conseguinte, quando das manifestações ocorridas em 16 de junho de 2013, não só a vontade do sujeito produziu os efeitos de sentido nas *mensagens de protesto*, mas, principalmente, as relações de força entre o Estado, os partidos políticos e o próprio sujeito.

É levando em conta essas relações imaginárias do sujeito com a ideologia que em AD o conceito de FD é reformulado, visto que uma FD sempre estará associada à noção de Formação Imaginária, formação que faz com que a representatividade dos partidos políticos em alguns momentos seja tomada como evidente e naturalizada.

Concebemos que, a partir da naturalização surgida após o advento dos Estados Democráticos e a necessidade da sociedade civil em ter uma forma de representação nesses estados, foi possibilitado para o sujeito identificar-se com os partidos políticos no sistema eleitoral a partir da Formação Imaginária Política. Essa formação que estipula que os anseios e desejos do sujeito seriam materializados pela simples existência desses partidos, e que, com as manifestações de junho de 2013 - após a compreensão de que essa representação é uma ilusão (como proposto por Marx e Engels) - foi questionada em sua forma pelos manifestantes nos protestos.

A FD, deste modo, conforma uma manifestação de processos discursivos anteriores no discurso, determinados por uma Formação Imaginária. Para Pêcheux (2009, p. 204), o efeito da própria divisão em classes da produção capitalista aparece no nível das ideologias práticas, e aí “se encontra *representada a ‘relação imaginária’* dos indivíduos com suas condições reais de existência” (conforme explicitado por Althusser). Com isso, quando pensamos no sujeito em sociedade, é preciso interpretar que para eles a representatividade dos partidos políticos origina-se da crença na Formação Imaginária Política, que estabelece o Estado Democrático e o sistema eleitoral como verdadeiros e evidentes.

O sujeito, a partir dessa Formação Imaginária Política, compactua com as outras bases da crença da representatividade dos partidos políticos, aceitando como constituintes da democracia as imagens da figura do político (sujeito político que representa parte da população no poder executivo ou legislativo), dos partidos políticos e da própria prática política. Essas imagens precisam ser reconhecidas como verdadeiras para que não haja rejeição dos partidos políticos como a tradução desse canal de comunicação da sociedade civil

com a sociedade política estabelecido pelo Estado. Mas, quando ocorrem manifestações, essa relação imaginária e ilusória de representação/partidos políticos começa a ser contestada e algumas vezes combatida.

Desta forma, o sujeito atribui imagens que condicionam seu processo de elaboração discursiva, já que pelas relações de sentido, relação de força e antecipação são criadas as condições para que as Formações Imaginárias estabeleçam determinadas imagens como verdadeiras ou falsas para o sujeito no discurso.

No sistema eleitoral, é preciso aceitar a crença de que o voto é a forma de diálogo e representação entre o sujeito e os partidos políticos, e, em oposição a isso, as manifestações seriam uma ruptura dessa crença. Por isso, para compreender o conceito de Formação Imaginária três pontos precisam ser ligados: relações de sentido, relações de força e antecipação. Quanto às relações de sentido e força, compreendemos que não há um discurso original e fundador, visto que todo discurso faz parte de um processo de sentidos e forças, logo, quando o sujeito produz uma formulação busca relacionar sua produção com outras produções já realizadas em sociedade e estabelecidas pelo Estado e pelo sujeito como naturais e evidentes. Para Carrozza (2011):

numa determinada formação social – a nossa, por exemplo – circulam formações imaginárias sobre os mais diversos assuntos. Considerando que o imaginário tem seu lugar na formulação e na circulação de sentidos, podemos supor que no nível da formulação já estão em funcionamento certas condições que direcionam o sentido para determinado lugar e não outro, dependendo das relações de forças em funcionamento no jogo [...]. (2011, p. 54).

Já em relação ao mecanismo de antecipação, o sujeito coloca-se no lugar daquele que ouvirá seu discurso e, com isso, esse sujeito enunciator busca prever o efeito de suas palavras. Para Orlandi (2007, p. 39), no mecanismo de antecipação “todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”. Quando o sujeito, nas manifestações, produziu seus cartazes com *mensagens de protesto*, buscou colocar-se na posição do leitor ao escrever o que para ele deveria ser dito quanto à necessidade ou não da representatividade dos partidos políticos.

Desta maneira, podemos compreender como Formação Imaginária um conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras em uma situação de enunciação específica.

Mesmo aceitando como evidente a representatividade dos partidos políticos, os conflitos entre as diferentes classes sociais nas manifestações produziram a tentativa de apagamento dos partidos políticos durante as manifestações ocorridas em 16 de junho de 2013, como veremos no Capítulo 5.

Quando o sujeito cria imagens do que seria o ideal de um cidadão ou manifestante nos protestos de junho de 2013, está buscando representações simbólicas para que, a partir dessa concepção, seja possível a produção de efeitos de sentido, tanto para o sujeito que produziu determinada *mensagem de protesto*, quanto para o sujeito que irá interpretar os efeitos de sentido dessa formulação nas manifestações.

Na relação entre Formações Discursivas e Formações Imaginárias nasce um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, do sujeito com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados.

Quando o sujeito aceita as imagens que simbolizaram tanto o cidadão quanto o manifestante em mobilizações como as ocorridas no Brasil em 2013, esse sujeito, na posição-sujeito cidadão ou manifestante, precisa crer que, mesmo em protestos, há regras imaginárias a acatar ou não, e, essa crença advém das Formações Imaginárias estipuladas pelo sujeito quando o assunto é mobilização popular.

Para a AD, as Formações Imaginárias são mecanismos de funcionamento discursivo que não dizem respeito ao sujeito físico ou lugar empírico, mas às imagens resultantes das projeções do sujeito, imagens que permitem, a cada tomada de posição no discurso praticado pelo sujeito, identificar-se com uma forma, desde que essa forma de sujeito represente quais saberes são permitidos e quais não são.

A forma imaginária do sujeito em relação com as FDs, para a AD, é nomeada *forma-sujeito*, neste estudo estipulamos três: forma-sujeito cidadão conformado, manifestante e *Black Bloc*. Essas FDs, como todas no discurso, funcionam espontaneamente sem que o sujeito perceba que, ao aceitar essa forma-sujeito como a “mais correta” para sua existência, cria um efeito de real que o representa.

Na AD, cada FD materializa uma determinada forma-sujeito, então, quando o sujeito identifica-se com a FD de concessão, interpretamos que esse sujeito filia-se à forma-sujeito cidadão conformado que tem determinados direitos e deveres; enquanto que na FD de resistência, a forma-sujeito apresentada possui determinadas marcas que a diferem da forma-sujeito da FD de concessão. Porém, quando da fusão das FDs de concessão e de resistência, o sujeito na posição-sujeito determinada por sua FD produz uma forma-sujeito que recorta

determinados saberes da FD de concessão ou de resistência, com predominância de uma ou outra FD.

Iludido pela unidade da forma-sujeito que permite a identificação do sujeito com a matriz de saberes, o sujeito cria sua identificação pessoal a partir do reconhecimento da forma-sujeito em uma determinada FD. Conforme Pêcheux (2009):

o caráter da forma-sujeito [...] consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual 'o sujeito do discurso' se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso [conjunto das formações discursivas] no intradiscurso [formulação de um discurso a partir da realidade presente], isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro 'já dito' do intradiscurso, no qual ele se articula por 'co-referência'. (2009, p. 167).

O principal efeito da forma-sujeito do discurso é mascarar para o sujeito que, quando produz seu discurso, esse surge de sua própria consciência e não de uma rede de saberes anteriores que ele toma como sua propriedade pessoal. Assim, quando na posição-sujeito manifestante, a forma-sujeito produzida estabelece uma rede de saberes ao sujeito que ao se identificar com ela, esquece que essa rede de saberes é fruto das manifestações que esse sujeito considerou como emblemáticas para determinar com que forma-sujeito ele se identificou. Nisso há a produção de uma filiação, dessa forma-sujeito com o sujeito, de maneira que ela seja de tal forma naturalizada que o sujeito não se aperceba preso nesta rede de saberes.

Dentro de uma FD, o sujeito deixa de ser alguém para tornar-se atribuição de alguém no discurso, ou seja, não é simplesmente um sujeito empírico, por isso o indivíduo não é um sujeito por proferir seu dizer, visto que a cada tomada de posição no discurso ocupa um lugar no tempo e espaço, determinado pela língua e pela ideologia. Para a AD esse processo discursivo é nomeado como *posição-sujeito*. Assim, quando cada sujeito participante das manifestações produz um discurso o faz a partir de um determinado posicionamento que fará ele se identificar com a posição-sujeito cidadão, a posição-sujeito manifestante ou mesmo com a posição-sujeito *Black Bloc*.

A posição-sujeito é o resultado da relação estabelecida entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada FD. Não podemos pensar o sujeito como uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando na estrutura de uma formação social um processo discursivo pelo qual os lugares são ocupados pelo sujeito. Não há um sujeito único, mas diferentes posições-sujeito, relacionadas com determinadas FDs e Formações Ideológicas.

Para Pêcheux (2009, p. 161), as palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, sentidos esses, compreendidos como efeitos, que são determinados em referência às Formações Ideológicas nas quais se inscrevem.

Neste estudo, quando das manifestações de 2013, propomos que as FDs a que o sujeito filiara-se, por exemplo, ao tomar a posição-sujeito cidadão levaram-o a interpretar que, para sua identificação acontecer, ele precisou consentir inconscientemente com o que um cidadão deve saber, o qual, mesmo em uma manifestação, precisa acatar determinados saberes para que sua identificação seja completa.

Entre esses saberes podemos propor a cidadania, a civilidade, a preservação da ordem, o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos como saberes fundamentais para que esse processo de identificação não seja contestado por esse sujeito, da mesma forma que quando na posição-sujeito manifestante, o sujeito aceitará alguns desses saberes arrolados acima, mas não todos os saberes estipulados para sua identificação com a forma-sujeito cidadão conformado.

Após elencarmos as bases teóricas para compreender a tentativa de apagamento e sua relação com o sujeito nas manifestações de junho de 2013, propomos, na sequência deste estudo, um panorama teórico do conceito de ideologia, iniciando com as propostas de Marx e Engels, que buscaram o rompimento do conceito de suas bases positivistas, propondo-o sob um viés materialista. Em seguida, buscaremos compreender as mudanças ocorridas no conceito de ideologia no século XX, iniciando com Gramsci e passando por Althusser. O autor argelino buscou resolver as contradições entre as propostas dos pais do Materialismo Histórico com as propostas do italiano Antonio Gramsci, e assim estipulou as bases para o surgimento da AD. Finalmente, após o estudo desse movimento de construção do conceito de ideologia, traremos o que Michel Pêcheux nomeou como ideologia mas, principalmente, a importância da ideologia no estudo dos processos discursivos.

4.3 IDEOLOGIA

Interpretamos a ideologia não como um campo de ideias abstratas e genéricas, pois para a AD, principalmente levando em conta seu principal teórico Michel Pêcheux, a ideologia tem existência material e é nela que ela deve ser concebida, a partir de um estudo que compreenda a participação constitutiva da ideologia na produção de efeitos de sentido no discurso.

A proposta, em AD, é compreender a ideologia como um conjunto de práticas materiais constitutiva da identidade do sujeito, da interpretação e do discurso. Conforme Cazarin (2011):

na AD, não se parte da ideologia (como dissimulação, ou não, do real) para o sentido, se sim procura-se compreender os efeitos de sentido a partir do pressuposto de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia. [...]. Na medida em que dizemos que a ideologia pode ser apreendida pelo discurso, fica implícito o fato de que a mesma está presente nos mais diferentes gestos de interpretação. (2011, p. 35).

Para diferenciar a ideologia de outras concepções idealistas e ressaltando a necessidade de conceituá-la materialmente (uma das preocupações da AD), Althusser (1985) lembra que o termo tem seu efeito de origem no século XVIII com teóricos franceses que propunham a ideologia como a ciência das ideias e estados de consciência. Conforme Althusser (1985, p. 81), “sabe-se que a expressão ideologia foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica) das ideias”. Aqui, o objetivo desses teóricos era criar uma área do pensamento que levasse em conta as ideias a partir de um estudo científico delas como comportamentos regulares dos organismos vivos.

No entanto, essa maneira idealista de analisar a ideologia não é a que a AD propõe para compreender o termo. Para a AD, é a partir do Materialismo Histórico proposto por Marx e Engels que a ideologia deve ser vista. Conforme Althusser (1985, p. 81), só 50 anos depois do surgimento do termo ‘ideologia’ foi que Karl Marx permitiu o rompimento dela com suas bases positivistas, permitindo, por meio do Materialismo Histórico, que se pensasse a ideologia como um sistema de ideias de representações que domina o espírito de um homem ou grupos sociais. Porém, a concepção de ideologia ainda passará por outras revisões no século XX.

Na década de 30, Gramsci (2004) propõe a concepção de ideologia como algo ligado à unificação das estruturas públicas e privadas no Estado em torno dos valores históricos de conhecimento e de cultura de uma classe dominante. Conforme Brandão e Dias (2007, p. 82), “para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história [...] pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais [...]”. Antonio Gramsci tem uma visão materialista inspirada em Marx, porém suas propostas teóricas buscam a valorização da cultura como uma das ferramentas na manutenção da hegemonia no Estado por determinada classe que domina as condições de produção material. Para Gramsci (2004, p. 863), “a ideologia é identificada

como distinta da estrutura e se afirma que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias”. Assim, a partir do domínio das estruturas, Antonio Gramsci concebe que a classe proletária teria não só sua ascensão ao poder como a manutenção dele.

Nos anos 70, Louis Althusser revisa e tenta resolver as contradições entre as proposições de Marx, Engels e Gramsci quanto à ideologia, em torno da proposta teórica de que a ideologia poderia ser interpretada como um sistema dotado de uma lógica e de rigores próprios de representação (imagens, ideias, conceitos, etc.) que possuem existência e um papel histórico no cerne de determinada sociedade.

Althusser (1985), além dessa concepção de ideologia, propõe a nomeação das estruturas do Estado como aparelhos. Para o autor, os Aparelhos Repressivos do Estado (polícia, exército, prisões, etc.) (doravante ARE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (igreja, família, escola, etc.) (doravante AIE) seriam duas partes da estrutura do Estado que, a partir da violência e/ou da ideologia, manteriam as atuais condições de produção e reprodução material em nossa sociedade. Conforme Althusser (1985),

podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes (a ordem pela qual as enunciamos não tem qualquer significado particular):

- o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas),
- o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares),
- o AIE familiar,
- o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos),
- o AIE sindical,
- o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.),
- o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.). (1985, p. 43-44).

Levando isso em conta, outra importante contribuição de Althusser para a AD foi a compreensão de que a condição de sujeito resulta de um processo ideológico que impede aos indivíduos reconhecerem a materialidade da relação deles com o real e que esse reconhecimento viria pela interpelação do indivíduo em sujeito. Para Althusser (1985, p. 93), “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento”. Logo, o indivíduo transformado em sujeito pela interpelação encontraria seu lugar em sociedade aceitando inconscientemente sua condição de sujeito.

Nas décadas de 60, 70 e 80, chegamos a Michel Pêcheux, que, ao resgatar a concepção de interpelação do indivíduo em sujeito, proposta inicialmente por Louis Althusser, concebe a ideologia como parte constitutiva do discurso e afirma que os sentidos

produzidos nas práticas discursivas sofrem confluência da língua e da história, não como coisas externas ao discurso, mas ligadas e unidas para produzir efeitos de sentido.

Pêcheux constrói sua proposta teórica unindo o Materialismo Histórico (Marx, revisto por Althusser), com as concepções de língua de Saussure e inconsciente de Freud, criando as bases para a AD que nós conhecemos hoje.

A ideologia, para Pêcheux (2009), é a ligação material em torno da qual outros conceitos caros à AD (Formação Ideológica, FD, forma-sujeito, posição-sujeito, etc.) são construídos, constituindo, assim, uma teoria que tem como proposta uma análise materialista de discurso, levando a ideologia como parte fundamental nas práticas discursivas. Conforme Pêcheux (2009, p. 198), é “absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia”. Assim, sabendo do funcionamento da ideologia nas ciências sociais, Pêcheux busca desmistificar as evidências de transparência da língua e autonomia do sujeito no discurso.

Para o autor francês, em um estudo materialista dos processos discursivos, transparência da língua e autonomia do sujeito devem ser desmitificadas na busca pela compreensão de como se dá a relação entre ideologia e discurso, constituída pela interpelação do indivíduo em sujeito, já que é por essa transformação (indivíduo/sujeito) – passagem do sujeito pela ideologia – que a ideologia deve vista e que o discurso manifestará sentidos.

Com isso, ideologia deve ser compreendida como um elemento de identificação linguístico-histórico que, ao refletir-se na exterioridade, determina para o sujeito o efeito de sentido que estará presente no interior do discurso. Nessa perspectiva, a ideologia não é algo exterior, mas sim constitutiva da prática discursiva, que só existe sob determinadas condições materiais de produção.

Deste modo, por não ser exterior à prática discursiva, a ideologia não é consciente, já que está presente em toda manifestação e posicionamento do sujeito. Assim, são efeitos ideológicos tanto a ilusão de que a significação já existe como tal, quanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, visto que esses efeitos ideológicos nascem a partir da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia.

Visto que ideologia é um conceito basilar para esta pesquisa, na sequência deste capítulo, retomaremos, então, Althusser e sua teoria, a fim de mostrar as reformulações elaboradas por Pêcheux no conceito. A partir disso, depreende-se que Pêcheux formula a ligação do discurso e da ideologia como uma evolução gerada pela filiação a uma concepção materialista do discurso.

Nosso objetivo nesse capítulo é compreender a ideologia como algo constituinte dos discursos, a partir de uma relação entre sujeito, linguagem e história, pois é na união desses elementos que a ideologia está presente em toda manifestação do sujeito, ao permitir ao sujeito sua própria identificação por meio da interpelação. Em posse disso, teremos o suporte teórico necessário para pensar a ideologia nas *mensagens de protesto*.

4.3.1 Althusser: a ideologia existe para sujeitos completos

No final da década de 60, Louis Althusser busca apagar as contradições entre as propostas de Marx, Engels e Gramsci em torno de uma teoria funcional das instituições. Conforme Pêcheux (2012),

as proposições de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, que procuram dar continuidade a determinadas colocações de Gramsci, a respeito do conceito de hegemonia e da proximidade invisível do Estado cotidiano, formam uma ajuda valiosa nessa direção, se ela for interpretada de tal forma que os processos de reprodução ideológicos também sejam abordados como local de resistência múltipla. (2012, p 115).

Além disso, Althusser (1985) promove uma reflexão sobre o mecanismo de sujeição do sujeito a partir da compreensão da interpelação, promovida pela ideologia, a qual cria esse sujeito. Ao estipular que “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85), o autor argelino busca comprovar sua proposição enumerando duas teses: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” e a “ideologia tem existência material” (1985, p. 85).

Quanto à primeira tese, para Althusser (1985, p. 85-86), a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, visto que as ideologias do senso comum (ideologia moral, ideologia jurídica, ideologia religiosa, etc.) constituem uma ilusão se admitirmos que se refiram à realidade e, para o autor, valendo-se da ironia, basta interpretá-la para encontrar a realidade desse mundo. Porém, se a busca é interpretar essa ilusão a partir de um ponto de vista crítico, compreenderemos que a ideologia e as concepções de mundo advindas dela são, em grande parte, imaginárias (não correspondem à realidade) mas afetam de forma decisiva o sujeito. Assim, de posse dessa tese, podemos propor que o questionamento da representatividade dos partidos políticos nas manifestações de 2013 são decorrentes da constatação de que essa representatividade teria por

base concepções imaginárias, e como vimos anteriormente com Marx e Engels (2002), nada tem a ver com a função material de legislar dos partidos políticos.

Logo, para Althusser (1985, p. 87), “não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que ‘os homens representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência”, ou seja, a ideologia não é produto, mas a causa da “deformação imaginária da representação ideológica do mundo real” (ALTHUSSER, 1985, p. 87), deformação esta que foi duramente questionada, mesmo que inconscientemente, pelas *mensagens de protesto* ao materializar a vontade dos manifestantes em 2013 de buscarem sua própria e pessoal representação escrita durante os protestos de junho. Com isso, para o autor, o que antes era concebido como produto torna-se a causa das múltiplas visões de mundo dos homens.

De acordo com Althusser (1985, p. 91), “as ‘ideias’ de um sujeito humano existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, e se isso não ocorre, ela (a ideologia) lhe confere ideias correspondentes aos atos”. Por conseguinte, ideologia, para o autor, é constituída de atos materiais, mais ainda, atos inscritos em práticas que são reguladas por determinados rituais em sociedade, em nossa concepção, um deles a relação entre voto, representatividade e democracia, ou mesmo uma manifestação pelas ruas das cidades. Conforme Althusser (1985):

estas práticas são reguladas por *rituais* nos quais estas práticas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico, mesmo que numa pequena parte deste aparelho: uma pequena massa numa pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo num clube desportivo, um dia de aulas numa escola, uma reunião ou um encontro de um partido político, etc. (1985, p 91).

A ideologia, para Althusser (1985), teria sua regulação a partir de práticas materiais em rituais cotidianos que fariam determinada concepção imaginária ser tomada como evidente e natural, como por exemplo neste estudo, a representatividade dos partidos políticos.

Para chegar a isso, Althusser (1985, p. 93) propõe duas importantes teses em relação à noção de sujeito: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Ao propor essas duas teses, Althusser (1985) coloca a noção de sujeito a partir de uma dupla constituição:

dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, - acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda a ideologia, uma vez que toda a ideologia tem por função (é o

que a define) ‘constituir’ indivíduos concretos em sujeitos. É neste jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda a ideologia, não sendo a ideologia mais do que o seu funcionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento. (1985, p. 93).

Conforme Althusser (1985), o sujeito vive espontaneamente (naturalmente) na ideologia, por isso que “o homem é por natureza um animal ideológico” (ALTHUSSER, 1985, p. 94). Com isso, Althusser (1985) estipula que a categoria de sujeito é uma primeira evidência de identidade do indivíduo, da mesma forma que é evidente que uma palavra designe uma coisa (possua significado) se tomarmos ao pé da letra o mito da transparência da língua.

Logo para Althusser (1985), o sujeito, a partir de um efeito ideológico elementar, reconhece-se como sendo ele mesmo e não outra pessoa após o ser inquirido na simples pergunta “quem é você?” e sua resposta produziria a ilusão de identidade ao responder “sou eu”. Por isso, quando das manifestações de junho de 2013, se os participantes fossem inquiridos sobre sua identidade nos protestos, provavelmente diriam “somos manifestantes”, e esse ato garantiria para eles suas identidades naquele momento e lugar.

De acordo com Althusser (1985), essa crença na evidência produzida nesse “sou eu” surge do reconhecimento ideológico. Essa crença é uma das funções fundamentais da ideologia, já que “somos *sempre* sujeito e que, enquanto tais, praticamos interruptamente os rituais de reconhecimento ideológico” (ALTHUSSER, 1985, p. 95). Para Althusser (1985), é assim que o recrutamento a partir da ideologia funciona, já que:

a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ela ‘recruta’ sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de *interpelação* policial (ou não) cotidiana: ‘ei você aí!’. (1985, p. 96).

Para Althusser, (1985) o sujeito, ao voltar-se para o policial e dizer “eu sou...” e estando interpelado, sempre se reconhecerá nesta interpelação. Desta maneira, para o autor, a existência da ideologia e a interpelação do indivíduo enquanto sujeito são uma única e mesma coisa. Segundo Althusser (1985):

a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: *os indivíduos são sempre/já sujeitos*. Os indivíduos são portanto ‘abstratos’ em relação aos sujeitos que existem desde sempre. (1985, p. 98).

De acordo com Althusser (1985), mesmo antes de nascer, o indivíduo é sempre/já sujeito, visto que, ao nascer, as formas de ideologia do senso comum (familiar, paternal, maternal, conjugal, fraternal), envolvidas no ritual de nascimento, já conferem antecipadamente uma série de características ao recém-nascido, mesmo antes sua própria existência material ser iniciada.

Para complementar o que já fora dito na proposição de uma teoria da ideologia em geral e, neste estudo, a interpelação de indivíduos em manifestantes, Althusser (1985) levanta outra questão importante: a existência da figura de um Sujeito Universal que, aliás, já tratamos no início deste capítulo e entendemos oportuno ver essa conceituação proposta por Althusser, que poderia ser representado na figura religiosa de Deus. Esse Sujeito, grafado com inicial maiúscula, é o exemplo máximo de figura inspiradora para o sujeito.

A partir da interpelação especular em Deus, o sujeito saberá qual forma será o padrão-sujeito para ele e para os outros, esse processo ideológico criaria as condições de identificação do indivíduo em sujeito advinda da suposição da existência deste “Outro Sujeito Único, Absoluto” (ALTHUSSER, 1985, p. 100).

Deste modo, o sujeito, ao espelhar-se no Sujeito Único e Absoluto (Deus), encontraria os saberes para considerar-se sincronizado com o que se espera dele em sua existência material. Conforme Althusser (1985):

constatamos que a estrutura de toda a ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura seu funcionamento. O que significa que toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos [...]. (1985, p. 102).

Essa estrutura especular duplicada da ideologia, para Althusser (1985, p. 102), garante ao mesmo tempo: a interpelação do “indivíduo” como sujeito; sua submissão ao Sujeito Único; o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito e entre os próprios sujeitos; e finalmente, a garantia absoluta de que tudo está bem assim.

Para Althusser (1985), ao adotar o termo sujeito, essa prática significa compreender que o sujeito constitui-se duplamente por uma subjetividade livre (autor e responsável por seus atos) e uma submissão a uma autoridade superior (Sujeito Único).

Deste modo, a ideologia dever ser tomada como um reconhecimento/desconhecimento das relações de produção e demais relações que dela derivam. A partir de Althusser (1985), podemos compreender que é na ideologia que o sujeito

produz sua identidade pela interpelação e também, buscando a partir de uma visão crítica da ideologia, a maneira de se criar a possibilidade de resistência, revolta e luta por melhores condições de existência material, como por exemplo, neste estudo, as práticas materiais vistas nas manifestações de junho de 2013 nas diferentes cidades do Brasil.

Na sequência deste estudo, buscaremos, em Michael Pêcheux e na AD, como a relação constituinte entre ideologia e discurso pode nos ajudar a compreender quais os processos discursivos que foram empregados ao tornarem possível a tentativa de apagamento dos partidos políticos.

4.3.2 Pêcheux: ideologia e discurso

Após passarmos por Althusser, nosso objetivo foi mostrar como o conceito de ideologia foi sendo progressivamente reelaborado até chegarmos a Michel Pêcheux e à AD. Esse caminho nos fez chegar à noção basilar da AD proposta por Pêcheux, a qual propõe o sujeito como cindido, clivado e descentrado, resultado da relação da linguagem e da história. Por isso, não se constitui como fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que esses processos são determinados por outros fatores externos a ele.

No entanto, mesmo sem o controle, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte e origem do seu discurso, já que essa ilusão é produzida pela interpelação da ideologia que transforma indivíduo em sujeito.

Para construir as bases dessa noção materialista de sujeito, Pêcheux (2009, p. 143) propõe pensar a ideologia como não sendo algo somente determinado pela reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; questões econômicas também são partes constitutivas nesta determinação. Logo, a produção histórica de conhecimento científico e a ideologia devem ser estudadas dessa maneira, levando em conta como o aspecto econômico das relações de produção e das lutas de classes atua nos processos discursivos. Sendo assim, a luta de classes que, em nossa contemporaneidade, compreende a luta entre os incluídos e excluídos das benesses da representatividade política no Estado de Direito Brasileiro, não pode ser proposta como apartada da ideologia, mas como sua constituinte, já que a ideologia está inscrita nas condições de reprodução/transformação das relações de produção.

Conforme Pêcheux (2009, p. 190), “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o ‘lado bom’ da história se oporia ao ‘mau lado’; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de

classes”. Por isso, para Pêcheux (2009), é a luta de classes que estabelece as contradições da reprodução/transformação das relações de produção. Mas, diferentemente de Karl Marx, Pêcheux (2009) não coloca as classes de lados distintos em uma eterna luta pelo poder, mas compreende que a luta de classes é que produz o caráter contraditório que mascara essa disputa pela hegemonia em sociedade, porque essa luta se baseia numa divisão de classes. Precisamos lembrar que, nas manifestações de 2013, mais do que uma luta entre proletariado e burguesia, deve ser tomada com a luta entre representados (ou não) e representantes (políticos) na democracia e no Estado Brasileiro.

Levando em conta como essas relações de produção externam as contradições sociais, políticas e econômicas dessa luta de classes entre incluídos e excluídos, a ideologia não pode ser tomada como ideias puras e simples de um determinado tempo ou grupo de pessoas, ou mesmo costumes de uma determinada classe social, visto que, para Pêcheux (2009), retomando Althusser (1985), a ideologia deve ser interpretada como práticas materiais do sujeito que se imporia de maneira heterogênea a cada classe social, práticas que, não sendo apartadas do real, refletirão as contradições existentes em sociedade. Conforme Pêcheux (2009), por isso,

é impossível atribuir a *cada classe sua ideologia*, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes” em seu próprio campo ‘antes da luta de classes’, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica e o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’ [...]. (2009, p. 144).

Por conseguinte, para o Pêcheux, a ideologia não deve ser dividida em ideologias, pois esse ato nos levaria a interpretar a ideologia como pertencente determinada classe e não ela atravessando de diferentes formas todas as classes. Para Pêcheux (2009), essa multiplicação da ideologia nos impediria de verificar a contradição das relações da luta de classes, já que, assim, interpretaríamos a ideologia como a realização de duas forças antagônicas que lutam entre si, ao invés de compreendê-la constitutivamente fazendo parte das condições ideológicas da própria luta de classes. De acordo com Pêcheux (2009, p. 144): “isso significaria, em última análise, multiplicar por dois a concepção da Ideologia como *Zeitgeist* (espírito de uma época)”.

Para Pêcheux (2009), os AIE não são a realização de uma ideologia em geral da classe dominante como propôs a teoria althusseriana, mas porque são o lugar onde a luta de classes é travada é que a ideologia reflete a luta de classes. Por isso, para Pêcheux (2009), se cada classe tivesse sua própria ideologia, a luta de classes seria somente o encontro de dois

mundos já-existentes, um mundo da classe proletária e outro da classe burguesa, em que a partir do embate social se determinaria a classe mais forte que impor a sua ideologia como a dominante.

Pêcheux (2009) propõe, reconstruindo a teoria althusseriana, que os AIE não são simples instrumentos de dominação da classe dominante, mas o meio de realização em que esses AIE (escola, família, imprensa, etc.) tornam a ideologia dominante nas condições de reprodução/transformação da produção material discursiva. Ou seja, os AIE devem ser tomados como o palco da luta de classes, o lugar em que a reprodução/transformação das condições de produção são mantidas nas diferentes formações sociais; portanto, os AIE são de natureza heterogênea e não imaculados instrumentos da ideologia dominante, mas resultado de uma viva e ininterrupta luta de classes. Assim, os partidos políticos são a resposta do Estado nesta luta entre incluídos e excluídos na representatividade política da democracia, exatamente por serem a forma que o próprio Estado permite que o sujeito veja-se simbolizado nessa estrutura por meio da ilusória figura do político.

De acordo com Pêcheux (2009), a luta para transformar as relações de produção no complexo dos Aparelhos Ideológicos do Estado é uma luta oriunda da necessidade de impor continuamente novas relações de “desigualdade-contradição-subordinação”. Essa necessidade surge para que a organização social seja mantida a partir da submissão do sujeito simultaneamente a Deus, à Ética, à Lei, etc. (como se esses formassem um conjunto complexo de saberes relacionados entre si), alienando o sujeito de sua condição de subordinado à ordem estabelecida a partir de elementos externos a ele e de que esse sujeito acredita não poder desvencilhar-se.

Por isso, quando os cidadãos em junho de 2013 foram às ruas, buscaram na legalidade da crítica uma maneira de se verem (ou não) representados, visto que não mais viam os partidos políticos como os responsáveis por esta representação perante o Estado, porém não percebem que sua própria condição de cidadão é parte *sine qua non* de sua submissão e é o que garante sua identidade para si e para o Estado. Nessa ocupação discursiva, o sujeito acredita dominar seu dizer, sem dar-se conta de que sua autonomia é uma falácia que esconde as relações de “desigualdade-contradição-subordinação” inerentes à formação de nossa sociedade.

Desta forma, o produto desse funcionamento regional dos AIE não produz contradição ao opor reprodução/transformação, visto que a contradição não representa duas forças antagônicas em combate, já que essa relação de desigualdade-contradição-subordinação é dissimulada no funcionamento desses aparelhos ideológicos a serviço do

Estado, e a prática material que produz essa dissimulação é a ideologia como uma prática responsável por naturalizar o papel representativo dos partidos políticos.

Logo, ao conceber a relação contraditória intrínseca entre sujeito e ideologia, Pêcheux coloca esse conceito em um lugar privilegiado em sua teoria materialista do discurso, pois para ele “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Assim, essa contradição entre sujeito e ideologia representa a própria constituição dos processos discursivos.

Por meio da ideologia, a partir do funcionamento dos AIE, é naturalizada a interpelação que transformará o indivíduo em sujeito em uma sociedade regulada pelo Estado. Ou seja, o Estado, a família, a escola, etc., unidos, criam as evidências de que eu sou quem eu penso que sou. Nessa evidenciação, o sujeito encontra as condições de reprodução/transformação não como algo contraditório, mas como algo natural e evidente, afinal, tudo sempre foi assim para o sujeito. Desta maneira, os partidos políticos são naturais e evidentes dentro de uma democracia e, aceitando isso, o sujeito não teria o que questionar. No entanto, já podemos supor que essa naturalização espontânea no Brasil do século XXI não é mais tão passiva assim. Conforme Haroche, Pêcheux e Henry (2007), essa certeza de evidência realiza-se por meio das Formações Ideológicas, que são simbolizadas como:

um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica de uma formação social em um dado momento. [...] cada formação ideológica constitui [...] um complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação as outras [...]. (2007, p. 26).

Desta forma, a luta de classes que permeia toda a formação das classes sociais é mascarada para que o sujeito não questione que sua própria identificação é uma prática material regulada pela ação simultânea do próprio Estado e de seus diferentes aparelhos ideológicos, um deles, fundamental para manutenção da democracia, os partidos políticos.

Para Pêcheux (2009), a partir de um efeito ideológico elementar, é produzida a identificação de cada sujeito ao aceitar livremente determinadas Formações Ideológicas e Discursivas como constituintes de sua identidade, processo material que garantiria o espaço desejado por ele de acordo com as formas estabelecidas pelo Estado e pelos outros sujeitos. Em nosso estudo, as FDs de concessão, de resistência e de revolta, que representam os saberes constituintes da identidade de cada sujeito nas manifestações, os quais, assim, criaram as concepções de mundo que produziram a ilusão de identidade do sujeito nos protestos.

Para chegar a esse conceito de ideologia, o qual buscamos tratar nesta parte do texto, Pêcheux (2009) retoma as duas teses de Althusser (1985) sobre a noção de sujeito: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Pêcheux complementa a discussão althusseriana dizendo que o funcionamento da ideologia em geral, como interpelação do indivíduo em sujeito, faz com que o sentido das palavras, expressões, proposições dependam da FD na qual são produzidas.

Outra retomada de Pêcheux (2009) da noção althusseriana de sujeito é a relação entre inconsciente e ideologia. Para Pêcheux, o que há em comum entre inconsciente e ideologia é o fato de ambos dissimularem no interior de seu funcionamento sua própria existência, fazendo o sujeito, ao não dar-se conta desse funcionamento, acreditar ter autonomia em seus atos e discursivos, sem notar que tanto o inconsciente como a ideologia constituem de maneira direta as tomadas de posição diárias (PÊCHEUX, 2009, p. 152). Por isso, ao não notar que a representatividade dos partidos políticos é uma ilusão (MARX e ENGELS, 2002), o sujeito acredita que, ao escolher determinada organização política, sua participação na democracia e no Estado estaria assegurada e esse processo de naturalização se dá pela ideologia.

A evidência do sujeito, originada da interpelação, somada à evidência de sentido são, como formulou Althusser (1985), um efeito ideológico elementar, por isso tanto sujeito como sentido se encontram no processo de interpelação produzido pela ideologia. Ideologia compreendida como o lugar onde se dá esse encontro, e que por isso pode ser interpretada como o “teatro da consciência” (ORLANDI, 2002, p. 12), lugar no qual cada sujeito toma posse de seu próprio discurso, ao afirmar que “eu falo”, “eu sou”, “eu penso” e em nosso estudo “eu me represento”. Logo, para Pêcheux (2009), não se pode dizer, como dito em Althusser (1985), que o sujeito é interpelado pela ideologia, mas antes de ser sujeito, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, assim produzindo um “já-lá”. Desta forma Orlandi (1994), em conformidade com Pêcheux, propõe que o discurso não pode ser pensado isolando ideologia, sociedade e história:

esse objeto, o discurso, trabalhando esse espaço disciplinar, faz aparecer uma outra noção de ideologia, passível de explicitação a partir da noção mesma de discurso e que não separa linguagem e sociedade na história. É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (sempre já-lá). (1994, p. 54).

É nesse “sempre já-lá” que os sentidos dos discursos são produzidos a partir da ideologia, um “sempre já-lá” naturalizado, que, no caso desta pesquisa, pode ser entendido como naturalizando a representatividade dos partidos para determinado sujeito. Com isso, mais de um fator deve ser ressaltado na produção de sentidos, mas trazemos esse “sempre já-lá” como o mais preponderante nessa produção discursiva ao levarmos em conta a manutenção da representatividade dos partidos políticos na atual organização estatal brasileira. Principalmente quando tratarmos de como a evidência da necessidade da representatividade dos partidos naturalizou-se como a prática material de diálogo entre as sociedades civil e política. Assim, tornar-se uma das únicas formas de representação da população em geral no Estado Brasileiro e em parte pode explicar a indignação vista nos protestos de 2013. Para afirmar isso, sugerimos que, ao ser duramente questionada em 2013 essa naturalização, há indícios de que algo está mal na representatividade dos partidos.

Propomos a ideologia como o gerador desse processo de tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas *mensagens de protestos*. Além desse processo gerador, a ideologia também será levada em conta quando pensarmos nas modalidades de identificação por que pode passar o sujeito a cada tomada de posição. Para compreendermos isso, buscaremos na sequência deste texto compreender como ocorrem essas tomadas de posição a fim de que possamos ter as ferramentas teóricas necessárias para iniciar a análise de nosso *corpus* no Capítulo 5.

4.3.3 Modalidades de identificação: identificação, contraidentificação e superidentificação

Nesta parte do trabalho, trataremos das *modalidades de identificação do discurso* (PÊCHEUX, 2009), ponto nevralgico deste estudo, visto que esse conceito proposto por Michel Pêcheux, em 1975, ajudará a compreender que Formações Discursivas e Formações Ideológicas permitiram o reconhecimento das formas-sujeito que tornaram os discursos dos manifestantes interpretáveis para eles e para os outros participantes dos protestos. Pêcheux (2009, p. 213) propõe que toda prática discursiva inscreve-se em um complexo contraditório/desigual/sobredeterminado das FDs, estruturada pela interpelação promovida pela ideologia em condições históricas dadas.

Para o autor, retomando Althusser (1985), “não existe prática sem sujeito (e, em particular, prática discursiva sem sujeito)” (PÊCHEUX, 2009, p. 214-215), visto que o indivíduo sempre age na forma de sujeito enquanto sujeito e, quando colocado como sujeito

enunciador torna-se automaticamente responsável por seus atos; assim, todo sujeito é constitutivamente:

colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável”. (2009, p. 214).

Quando o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, ocupa determinada posição no discurso, identifica-se (idealmente falando, não de fato) com a forma-sujeito permitida pelas Formações Discursivas que o representa (na língua e nas Formações Ideológicas). A partir desse processo, seu discurso produz efeitos de sentido para ele e para os outros sujeitos.

Para que esse processo discursivo ocorra, é preciso que o sujeito torne-se o sujeito de sua enunciação, pois assim “o sujeito ‘toma posição’, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 214) para produzir um dizer que remeterá a outro sujeito, o Sujeito (universal da ideologia) que representará o receptor idealizado para o seu discurso. Para Pêcheux (2009, p. 214), esse Sujeito (universal da ideologia) “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”.

No entanto, essa sincronização de sujeito enunciador com Sujeito (universal da ideologia) apresenta relações paradoxais as quais tornam as tomadas de posição do sujeito diferentes entre si dependendo de relações exteriores que esse sujeito terá com a forma-sujeito permitida por sua FD a qual o identifica relativamente a um discurso.

Pêcheux (2009, p. 215) propõe que esse desdobramento entre sujeito enunciador e Sujeito (universal da ideologia) apresenta diferentes modalidades, por isso o sujeito, ao enunciar, pode assumir três posições em relação ao discurso. São elas: identificação (*Bom Sujeito*), contraidentificação (*Mau Sujeito*) e desidentificação (*Sujeito desidentificado*).

Para esse estudo, recortaremos essa teoria com o intuito de mostrar, em nossa análise no Capítulo 5, que a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, durante as manifestações de 16 de junho de 2013, mantém relação com as modalidades de identificação no discurso postuladas pelo autor francês.

Nosso objetivo, neste ponto do texto, é elencar os conceitos teóricos pertinentes às modalidades de identificação, para, no capítulo 5, buscarmos verificar como os manifestantes que enunciaram nos protestos de 2013 identificaram-se com a FD de concessão, de resistência e de revolta, as posições-sujeito e as formas-sujeito relacionadas a essas FDs neste

acontecimento histórico-social de 2013. Para interpretar essas relações, levaremos em conta o grau de identificação com a posição de *Bom* ou *Mau Sujeito*, de forma que possamos compreender como se deu (ou não) essa identificação com os partidos políticos.

Em Pêcheux (2009), as modalidades de identificação no discurso são três, e elas podem criar diferentes graus de reconhecimento no sujeito ao ocupar determinada posição discursiva, visto que estas modalidades de identificação são as três facetas que o autor francês propõe como possíveis a partir de cada tomada de posição.

Na primeira modalidade de identificação, o sujeito identifica-se com a FD, tornando-se assim o *Bom Sujeito* no discurso, já que, para esse sujeito, não é possível reconhecer diferenças entre o sujeito enunciador e o Sujeito (universal da ideologia) na forma-sujeito permitida pela FD que o identifica. Conforme Pêcheux (2009):

a primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’: essa superposição caracteriza o discurso do ‘Bom Sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso sofre cegamente essa determinação, isto é, realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’). (2009, p. 215).

Cabe ressaltar que essa modalidade só ocorre por meio da reprodução dos saberes que dominam a forma-sujeito “pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui” (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

Posteriormente, Pêcheux apresenta a questão de plena identificação do *Bom Sujeito*, propondo que essa tomada de posição não é plenamente perfeita, porque, mesmo para o *Bom Sujeito*, é permitido um espaço de ajuste discursivo, no qual, mesmo identificado com a forma-sujeito permitida pela FD, compreende pequenos descompassos com ela. No entanto, ainda que intuindo pequenos desajustes com a forma-sujeito, esse sujeito não rompe com a forma-sujeito ao tomar a posição de *Bom Sujeito* no discurso.

A segunda tomada de posição diz respeito ao que o autor trata como contraidentificação, nomeado por Pêcheux (2009, p. 215) como o *Mau Sujeito*. Nela, o sujeito apresenta incompatibilidade com a forma-sujeito de sua FD, já que o sujeito da enunciação, ao não identificar-se com o Sujeito (universal da ideologia), propõe um efeito de resistência, de dúvida, ou mesmo de questionamento com os saberes estipulados pela forma-sujeito que, anteriormente, o identificava.

Conforme Beck e Esteves (2012), a partir da contraidentificação:

o que está em jogo, ora, não é simplesmente uma discordância incompleta, mas um ligeiro deslocamento discursivo em relação ao discurso produzido na memória da FD dominante. Esse ligeiro deslocamento discursivo não chega a efetuar uma ruptura entre sujeito e Sujeito, entre sujeito e a forma-sujeito da formação discursiva, mas engendra espaços dominantes no âmbito dessa mesma FD, imbricada a outras. (2012, p. 149-150).

É preciso ressaltar que a passagem de *Bom Sujeito* para *Mau Sujeito* não é um processo sucessivo e constante, pois depende de certas condições sócio-históricas e varia de sujeito para sujeito. Para Pêcheux (2009),

a segunda modalidade caracteriza o discurso do ‘Mau Sujeito’, discurso no qual o *sujeito da enunciação* ‘se volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta ...) *com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (2009, p. 215, grifos do autor).

Para Pêcheux (2009), nessa segunda modalidade, a da contraidentificação, o sujeito não se identifica mais com a forma-sujeito que anteriormente o identificava. É importante ressaltar que ele não rompe com ela, muito menos com as FDs que permitem os efeitos de sentido de seus dizeres, mas apresenta um incômodo com certos saberes permitidos ou não para sua forma-sujeito supostamente ideal. Assim, o sujeito na enunciação não mais se vê identificado com o Sujeito (universal da ideologia) que antes era um modelo de coerência discursiva para ele.

A partir do processo de contraidentificação, o sujeito começa a perceber-se capaz de contestar determinados saberes e evidências de sentidos e, se necessário, rompe com eles, até mesmo inconscientemente, podendo levá-lo à terceira modalidade de identificação proposta por Pêcheux, que colocaria o sujeito em uma posição neutra e provisória no discurso.

Nesta posição transitória, seria permitido ao sujeito enunciador filiar-se a outra forma-sujeito em outras FDs que o faria voltar a identificar-se e tornar-se novamente um *Bom Sujeito*. Ou seja, na terceira modalidade de identificação, o sujeito, após iniciado o processo de contraidentificação, não mais se identifica com a forma-sujeito de sua FD e busca outra forma-sujeito em outra FD que lhe permita saberes com que ele aceita identificar-se.

É preciso ressaltar que, por maior que seja o processo de desidentificação, o sujeito sempre estará em uma posição discursiva dentro de uma FD, assim sendo, impossível para ele desvencilhar-se da língua e da história, consequentemente muito menos da ideologia,

visto que a interpelação promovida pela ideologia não desaparece nunca. Conforme Pêcheux, (2009) é preciso ressaltar:

a existência capital de uma ‘terceira modalidade’ subjetiva e discursiva, paradoxalmente, simbolizada pelo fato de que ela integra o *efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito*, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*, isto é, de uma *tomada de posição não-subjetiva*: se estamos sendo bem compreendidos, essa desidentificação é correlativa do fato [...] de que os conceitos científicos não possuem ‘um sentido’ apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, o que acarreta, ao mesmo tempo, o fato de que, enquanto conceitos, não há nenhuma ‘representação’ que lhes corresponda. (2009, p. 217).

Aqui consideramos que é preciso repensar a proposição de três modalidades de identificação, pois ao aceitar a existência delas da forma proposta por Pêcheux (2009), poderemos deixar de perceber que a terceira modalidade talvez não seja efetivamente uma modalidade de identificação, mas um processo ideológico que possibilite o retorno do sujeito desidentificado da segunda modalidade de identificação (*Mau Sujeito*) de uma FD para a primeira modalidade de identificação (*Bom Sujeito*) de outra FD. Expliquemos melhor nossa suposição: ao tomarmos por base que as outras duas tomadas de posição (*Bom e Mau Sujeito*) são modalidades de identificação levaremos em conta que elas permitem uma perspectiva a favor ou contra determinados saberes permitidos ou não pela forma-sujeito em determinada FD para o sujeito, logo para compreender a desidentificação como uma tomada de posição discursivo, ela precisaria permitir uma real posicionamento discursivo e sim, como propomos, ser somente um mecanismo ideológico que impeça que o sujeito se desfiliara da ideologia, permitindo a ele novas concepções de mundo para satisfazer sua eterna necessidade de identificação.

Voltando à primeira modalidade de identificação, o *Bom Sujeito* aceita uma forma-sujeito que o identifica e, nesse processo, permite que o sujeito enunciator busque nos saberes do Sujeito (universal da ideologia) o repertório de saberes que permitirão produzir um discurso que será verdadeiro para esse sujeito.

Com isso, a necessidade de identificação surgida pela interpelação promovida pela ideologia é satisfeita. Esse processo discursivo permite que determinados saberes sejam aceitos como verdadeiros e evidentes para o sujeito identificado a uma forma-sujeito, mesmo que esses saberes não sejam exatamente aqueles que ele idealiza quando toma a posição de *Bom Sujeito* em consonância com o Sujeito (universal da ideologia). Ou seja, nessa modalidade de identificação, o *Bom Sujeito* conforma-se, mas resiste em determinados pontos ideológicos sem que isso cause uma ruptura com a forma-sujeito de sua FD.

Ao aceitar com ressalvas sua forma-sujeito, o *Bom Sujeito* ocupa uma posição no discurso conformada com as condições de existência permitidas para ele em sociedade. Com isso, torna-se um sujeito parcialmente satisfeito com a vida que lhe é proposta pela sociedade, pelo Estado e idealizada por seu inconsciente ao reconhecer o Sujeito (universal da ideologia) proposto por sua forma-sujeito na posição-sujeito adotada.

No entanto, ao aceitar que o *Bom Sujeito* acolhe com ressalvas sua posição no discurso, podemos também conceber que determinado sujeito, ao ocupar a posição discursiva de *Bom Sujeito*, tenha uma plena identificação com os saberes propostos para sua forma-sujeito e, a partir disso, promova um processo inconsciente de superidentificação com essa forma-sujeito.

Conforme Žižek (2006, p. 2), a superidentificação é um conceito da psicanálise, que trata de tomar as formas simbólicas dominantes pelo seu valor literal e, a partir de sua repetição reflexiva, produzir a renúncia da consciência pessoal, de gostos, juízos e convicções, assim promovendo a aceitação voluntária e deliberada do papel da ideologia.

Žižek (2006, p. 2) exemplifica superidentificação, ou plena identificação, fazendo referência ao filme *Apocalypse Now* de Francis Ford Coppola e sua personagem principal Kurtz, um comandante do exército americano que, na Guerra do Vietnã, deixa de obedecer às ordens de seus superiores ao criar seu próprio exército de ultradireita na selva vietcongue. Conforme Žižek (2006):

lembrem da lição de ‘Apocalypse Now’, de Coppola: a figura de Kurtz não é uma lembrança de um passado bárbaro, mas o resultado necessário do próprio poderio ocidental moderno. Kurtz era um soldado perfeito - como tal, por meio da superidentificação com o sistema de poder militar, transformou-se no excesso que o sistema teve de eliminar numa operação que imitou o que ele mesmo combatia [...]. O problema dos que estão no poder é: como obter Kurtz sem a patologia de Kurtz, como levar as pessoas a fazerem o trabalho sujo necessário sem as transformar em monstros? Esse já foi o dilema de Heinrich Himmler. Quando confrontado com a tarefa de liquidar os judeus da Europa, Himmler, o chefe das SS, adotou a postura heroica de ‘alguém tem de fazer o trabalho sujo, então vamos fazê-lo!’: é mais fácil fazer uma coisa nobre por seu país, até sacrificar a própria vida por ele - mas é muito mais difícil cometer um crime por seu país [...]. (2006, p. 2).

Não só aceitando como evidentes os saberes propostos por sua forma-sujeito, mas defendendo esses saberes com todas as forças, de forma que com essa defesa as atuais condições de existência material sejam fortalecidas, o *Bom Sujeito* superidentificado não seria uma tomada de posição discursiva ingênua que não compreende as relações de desigualdade impostas pelo Estado, mas que, compreendendo-as plenamente, toma partido na defesa delas. Sintetizando o que já foi dito: o *Bom Sujeito* pode, então, apresentar duas possibilidades de

identificação: menor contraidentificação, tal como proposto por Pêcheux (2009) (aceitação com poucas ressalvas) e superidentificação (aceitação sem ressalvas) como proposto por Žižek (2006).

Quanto à segunda modalidade de identificação, a de *Mau Sujeito*, em uma dada posição, começa a romper com sua forma-sujeito e assim, em um processo de maior contraidentificação, não compactuaria mais com a rede de saberes que antes era constitutiva de sua identificação; é o momento em que o sujeito começa a produzir críticas.

Desta forma, quando na posição de *Mau Sujeito*, o sujeito poderia passar pelos mesmos dois processos permitidos para o *Bom Sujeito* (contraidentificação e superidentificação), pois ao se contraidentificar com a forma-sujeito, essa contraidentificação produziria o efeito de revolta, mas não o rompimento com a FD permitida inconscientemente para representá-lo.

Por outro lado, ao se identificar plenamente com a modalidade de identificação de *Mau Sujeito*, produzindo assim um processo de superidentificação, inevitavelmente esse processo levaria o sujeito a escolher romper com a forma-sujeito que o identificava quando *Mau Sujeito*.

Nesse processo, o sujeito é levado a produzir não uma nova modalidade de identificação, mas um processo inconsciente de desidentificação, que permitiria sua passagem para uma nova forma-sujeito, forma-sujeito que permitiria que seus dizeres façam de novo sentido ao buscar um novo Sujeito (universal da ideologia) em que se espelhar.

Levando em conta o que já foi dito, propomos, ao invés de três modalidades de identificação no discurso, duas modalidades de identificação, *Bom Sujeito* e *Mau Sujeito*, que podem tanto se contraidentificar quanto se superidentificar com a forma-sujeito. Por este motivo, propomos também que a terceira modalidade sugerida por Pêcheux (2009) seria um espaço de transição ideológico que permitiria ao *Mau Sujeito* um retorno à posição de *Bom Sujeito*, já que precisamos lembrar que, mesmo quando da maior revolta ou rebelião, o sujeito será interpelado pela ideologia e, nesse processo, precisará ajustar-se às condições de existência material.

Nosso foco principal, nesta parte, foi levantar hipóteses de compreensão quanto ao conceito de modalidades de identificação propostas por Michel Pêcheux. No próximo capítulo, verificaremos se as modalidades de identificação apresentam correlação com a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos.

5 ANÁLISE

Nesta análise discursiva iremos a partir de nosso *corpus* (sete *mensagens de protesto* retiradas de fotos das manifestações ocorridas no dia 16 de junho de 2013 nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte). Inicialmente, buscaremos uma sequência de discursos que nos leve a compreender como esses protestos foram interpretados pelos participantes nessas mobilizações populares. Para essa meta as duas primeiras SDrs serão nosso esteio. Em seguida, a partir das outras cinco *mensagens de protesto*, temos como objetivo correlacionar os discursos produzidos com as modalidades de identificação propostas por Pêcheux (2009), levando em conta como o sujeito identificou-se, contraidentificou-se, desidentificou-se ou superidentificou-se, conforme Žižek (2006), com a representatividade dos partidos políticos.

5.1 A HISTORICIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Em nosso estudo, iremos elencar a SDr 1 como ponto de referência para compreender o funcionamento dos processos discursivos envolvidos na tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, mesmo que ela não simbolize diretamente essa tentativa. Por isso, para este estudo, a SDr 1 produziu um efeito de início de outras produções discursivas envolvidas em nosso objeto de estudo.

SDr 1: 20 centenas de problemas⁷.

Figura 1 – 20 centenas de problemas



⁷ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Propomos que a SDr 1 representaria esse espaço discursivo inicial que, levando em conta o que o sujeito, nessas mobilizações, pôde dizer nas manifestações de 2013, ao produzir discursos que se filiaram a determinados saberes deste acontecimento histórico-social.

A SDr 1 pode representar: o combate, em pequenas mobilizações populares, contra o aumento das passagens urbanas nas principais capitais do Brasil nos meses de maio e junho; motivações que, arroladas, podem nos fazer interpretar como podem ter iniciado as manifestações em 2013 e, posteriormente, a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos.

Essa relação entre o combate ao aumento das passagens urbanas e os problemas sociais, econômicos e políticos brasileiros apresentados pelo sujeito enunciador na SDr 1 pode ser o motivo desencadeador do aumento exponencial da participação popular nas manifestações de 16 de junho de 2013, por isso, a escolha dela como ponto de origem das SDrs apresentadas em nossa posterior análise.

Com a análise da SDr e das outras focalizadas neste estudo, buscaremos relacionar os sujeitos da enunciação que produziram as SDrs, problematizando, prioritariamente, a tomada de posição desse sujeito no discurso e a forma como ocorre sua identificação com os discursos produzidos nos protestos de 16 de junho de 2013, de maneira que possamos representar determinado campo discursivo, entre outras coisas, o local (ruas em que ocorreram as manifestações) em que foi utilizada a *mensagem de protesto*, as circunstâncias dessa produção e os processos mobilizados na tentativa de apagamento da representatividade dos partidos.

Retomando o que já dissemos no capítulo 2, Courtine (2009) estipula que campo discursivo pode ser compreendido como uma amostra de referência que, escolhida para análise, representaria, a partir da generalidade, o espaço em que os discursos são produzidos, onde e quando há a produção de efeitos de sentido. Em nosso estudo a determinação desse campo discursivo serve para compreendermos as circunstâncias discursivas espaço-temporais em que se encontravam os manifestantes envolvidos nos eventos colocados em análise.

A partir da SDr 1, *20 centenas de problemas* levamos em conta que essa SDr não só remete a uma *mensagem de protesto* que busca materializar a quantidade de problemas que o Brasil apresenta em junho de 2013, mas também relaciona essa *mensagem de protesto* a dois campos distintos – língua e história – que só relacionados entre si fazem a *mensagem de protesto* na SDr 1 produzir efeitos de sentido para os manifestantes.

Com o uso de dois numerais específicos (vinte e centenas), mais uma preposição (de) que relaciona os numerais com um substantivo no plural (problemas), o qual geralmente designa algo que é difícil resolver, tratar ou lidar com; supomos, a partir dessas relações de sentido, interpretar como o fato gerador das manifestações de 2013: o aumento de vinte centavos na passagem do transporte público em São Paulo no mês de junho. Assim levantamos que esse aumento causou insatisfação nos manifestantes a partir do menosprezo demonstrado por determinados setores da sociedade quanto à insignificância de vinte centavos como algo que pudesse gerar revoltas nos usuários de transporte público.

A SDr 1, ao apresentar-se como um centro discursivo onde esses campos se cruzam, permitiu-nos elencá-la como pertinente neste estudo da tentativa de apagamento da representatividade dos partidos, porque compreendemos que foi justamente essa incompreensão quanto as desigualdades entre os incluídos e excluídos das benesses do poder estatal, mostrou para determinados manifestantes que o papel representativo dos partidos não servia mais para defender os interesses econômicos da parcela mais pobre da população.

Retomando o que já foi dito da SDr1, verificamos que o sujeito enunciador da *mensagem de protesto* da SDr 1, para que seu discurso produzisse efeitos de sentido pertinentes ao acontecimento histórico-social de que fazia parte, está ligado simultaneamente à língua e história, neste caso os saberes que estipulavam o que poderia ou não ser dito nas manifestações em junho de 2013, entre esses saberes a incompreensão de que para determinado sujeito o valor de 20 centavos não seria uma reivindicação relevante para motivar uma manifestação popular.

Portanto, ao enunciar que o Brasil, no dia de 16 de junho de 2013, apresentava não só problemas, mas, principalmente, delimitava a quantidade desses problemas a 20 centenas, o sujeito enunciador busca lembrar que os problemas brasileiros não são poucos, ou seja, os 20 centavos pode ser interpretado como “a gota d’água”. A alusão aos 20 centavos funcionou como uma resposta dos excluídos (extremamente pobres, pobres e classe média baixa) aos incluídos (classes média e alta) nas benesses do Capitalismo, pois, para os manifestantes, não eram só 20 centavos, e sim 20 centenas de problemas em uma associação por eufonia, com o intuito de provocar na leitura essa associação discursiva dos números.

Segundo Kamakura (2013, p. 39-40), a população do Brasil pode ser dividida em grupos de renda, levando-se em conta a renda *per capita* somada à renda familiar e, a partir disso, obter-se uma média da renda familiar. Para o autor, a divisão das classes sociais no Brasil seria a seguinte: extremamente pobre; pobre, mas não extremamente pobre; vulnerável; baixa classe média; média classe média; alta classe média; baixa classe alta e alta classe alta.

Essa divisão está sendo adotada pela Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) e pelo órgão federal SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) a partir de 2014.

Nessa quantificação, o sujeito enunciador não busca só relacioná-la aos problemas brasileiros, mas relacioná-la à questão polêmica do aumento de 20 centavos nas passagens urbanas nas principais capitais brasileiras. Para haver essa produção de sentidos, não podemos esquecer que ela passa necessariamente pela ideologia, não como algo externo, mas como parte constituinte desses processos discursivos.

Por conseguinte, se não tomarmos a ideologia como o fundamento dessa produção de sentidos na SDr 1, esquecemos que ela não só possibilita determinada produção discursiva como também relaciona a identificação do sujeito enunciador com essa produção. Por isso Orlandi (2012) propõe que a ideologia deve ser “entendida não como ocultação, mas como produtora de evidências, imaginário que relaciona o sujeito a suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p. 213).

Assim, quando o sujeito enunciador decidiu usar o numeral 20, não buscou fazer uma referência aleatória a determinado algarismo, mas lembrar que se trata de uma menção ao fato histórico-social gerador das manifestações de junho de 2013, ou seja, os protestos semanas antes das manifestações de junho de 2013 do Movimento Passe Livre (MPL) contra a majoração de 20 centavos no transporte público das principais capitais do sudeste do Brasil.

Não só isso, o sujeito enunciador na SDr 1 busca resgatar a lembrança de que determinadas partes da população não consideraram a quantia de 20 centavos como um pleito razoável para manifestações ou protestos. Com isso, podemos ver a ideologia trabalhando inconscientemente, ao mascarar que a luta entre incluídos e excluídos é constituinte de nossa estrutura social no século XXI. A ideologia, conforme Orlandi (2012, p. 213), é “ancilar à articulação do simbólico com o político”.

Por isso, algo insignificante para alguns como a quantia de 20 centavos, para outros tornou-se motivação de mobilizações populares, já que a luta de classes é mascarada, mas não apagada das lutas políticas em sociedade.

Quando determinado sujeito, beneficiado pelas condições de produção, possui transporte próprio, em oposição à grande parte da população nas cidades brasileiras que não tem essa comodidade material, vemos uma luta entre os incluídos e os excluídos, ou seja, entre os que têm transporte próprio e os que não o têm.

Logo, “quem tem” não compreende a realidade de “quem não tem transporte próprio”, e assim, ao não se entenderem, podemos verificar que os processos discursivos sempre apresentam furos como os apresentados na SDr 1, quando o sujeito enunciador, na

tentativa de quantificar simbolicamente o número de problemas brasileiros, não só faz uma alusão ao desconforto do aumento das passagens urbanas, mas, ao mesmo tempo, lembra as diferenças de concepções quanto a esse transporte público em relação às diferentes classes sociais e à forma como cada uma delas compreende a realidade que as cerca.

O sujeito enunciador na SDr 1, ao tentar explicar a necessidade das manifestações de 2013, expõe as rupturas entre incluídos e excluídos, mas, principalmente, nos participantes que foram às ruas para protestar, inicialmente, contra o aumento no transporte público, para, em seguida, dizer que não seria só essa razão a motivação para os protestos.

Ressaltamos que o sujeito enunciador na SDr 1 arrola um ponto importante em relação às diferenças de concepções entre as classes sociais quanto às questões econômicas, que foi relacionar os motivos das manifestações de 2013 com a luta de classes que constitui um dos alicerces na formação de nossa sociedade capitalista. Inclusive, ao expor que, além da contradição sentida pelos participantes dos protestos na valoração diferente quanto aos 20 centavos, esse motivo levaria à necessidade do sujeito nas manifestações se autorrepresentar.

O motivo para o sujeito ir para a rua seria a constatação de que as instituições estatais destinadas a esse controle não mais fazem jus ao papel de legislar para acabar com os problemas brasileiros, muito menos com as desigualdades apresentadas pelas diferentes classes sociais em junho de 2013.

Classes sociais que, em junho de 2013, viam o valor de 20 centavos de diferentes formas. Conforme Orlandi (2012), quando entram em cena as formas de não comunicação entre as diferentes classes sociais há a produção de um código secreto e, desta forma, “alguns entendem tudo, outros, nada” (2012, p. 214).

Não há compreensão entre “os que entendem tudo” e “os que não entendem nada” quanto à perda salarial de aproximadamente 3% da renda das classes sociais menos favorecidas pelas condições materiais de existência, visto que, para aqueles que possuem transporte próprio, não é levado em conta que grande parte dos trabalhadores necessita de transporte público durante seis dias na semana, durante um mês.

O aumento, na época, representaria o total de R\$ 9,60 mensalmente. E ainda: alguns trabalhadores ao fazerem uso de dois diferentes transportes públicos por dia devido à distância entre o domicílio e o local de trabalho, o montante chegaria ao total de R\$ 19,20 por mês. Agora, precisamos lembrar que o salário mínimo brasileiro em 2013 era R\$ 678,00⁸,

⁸ Informação retirada do site: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em 16 de março de 2014.

logo, esse aumento no transporte público a partir de uma simples regra de três representaria para parte dos trabalhadores das principais capitais do Brasil, que fazem uso de transporte público, uma perda salarial de 2,83% de seu poder aquisitivo.

O sujeito enunciador, na SDr1, portanto, marca em seu discurso não só um número aleatório, mas traz à tona essa diferença econômica entre as diferentes classes que são tratadas de forma diametralmente oposta pelo Estado. Isso nos alerta sobre a necessidade de analisar esses fenômenos discursivos ao nos situarmos de modo a interrogar o trabalho língua-discurso-ideologia na formação das diferentes concepções de mundo.

Com isso, não veremos só um simples numeral em 20 centenas, mas um discurso que remete às lutas entre as diferentes classes no mês de junho de 2013 no Brasil, e, principalmente, os desacordos entre essas diferentes classes, os quais motiva o sujeito a ir às ruas para debater esse aumento, iniciado pelo MPL e difundido, posteriormente, para todas as classes sociais nas manifestações que se seguiram em junho.

Além de materializar as diferentes formas de interpretar o aumento de 20 centavos, o sujeito enunciador da SDr 1 faz também referência ao MPL, movimento que tem como bandeira a reivindicação de que o Estado deveria proporcionar transporte público gratuito para toda a população, proposta que grande parte dos partidos políticos considera fantasiosa ou impraticável. Neste espaço entre o real do transporte público e a idealização de como esse transporte deveria ser conduzido, o MPL, surgido em 2003, foi a primeira organização social a iniciar as reivindicações em maio e começo de junho de 2013, as quais desencadearam as manifestações que se seguiram por todo o ano de 2013.

Inicialmente com pequenas manifestações nos meses de maio e junho, o MPL começou a ser noticiado na imprensa brasileira devido à forma violenta com que a polícia buscou reprimir as manifestações públicas contra o aumento das passagens urbanas nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao agredirem os manifestantes sob os olhares atentos da imprensa e da divulgação dos encontros nas redes midiáticas pelos participantes dos protestos.

Nesse movimento duplo de divulgação/repressão, as manifestações tiveram o número de participantes aumentando exponencialmente a ponto de, em poucas semanas, reunir milhões de pessoas nas ruas de quase todas as cidades grandes e médias do Brasil.

Assim, levando em conta que a divisão de classes sociais apresenta diferentes divisões podemos compreender que aqueles incluídos não compreendem os anseios dos excluídos e o local desse desacordo é materializado nos processos discursivos que levaram o

sujeito enunciador da SDr1 a relacionar o numeral 20 centavos às 20 centenas de problemas apresentadas pelo Brasil em 16 de junho e que em nossa concepção continuam a existir.

De acordo com Orlandi (2012, p. 213), “nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”, logo, é nesses “furos” que a “lei da desigualdade-contradição-subordinação” proposta por Pêcheux (2009) brota no solo fértil da ideologia ao ser materializada no interdiscurso por determinadas FDs e FIs, principalmente em momentos de agitação social como nos protestos de 2013. Conforme Pêcheux (2009),

toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...] que também ele [todo complexo com dominante] é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas. (2009, p. 162, grifos do autor).

A “lei da desigualdade-contradição-subordinação” (PÊCHEUX, 2009) em torno desses 20 centavos sedimenta-se nas diferenças econômicas entre as diversas classes sociais. Enquanto, para determinadas classes sociais, 20 centavos seria uma quantia insignificante, para outras é uma perda salarial de aproximadamente 3% de sua renda, pois as classes sociais com maior poder aquisitivo esquecem que o aumento de 20 centavos é só em uma única passagem de ida ao local de trabalho no transporte público; em um dia, a soma já dobra para 40 centavos, ou seja, uma passagem de ida e outra de volta.

Na SDr 1 ainda não foi materializada a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, mas já podemos supor que alguma insatisfação de ordem política seria uma das responsáveis por esses “vinte centenas de problemas”, visto que o sujeito enunciador na SDr 1, ao apresentar quais razões, para ele, seriam os geradores das manifestações de 16 de junho de 2013, expõe uma crise na representatividade da sociedade civil com determinadas organizações políticas brasileiras.

Entendemos isso ao interpretar que o sujeito enunciador na SDr 1, de certa forma, propõe que, além da solução dos problemas acarretados pelo aumento no transporte público, a causa das manifestações de 2013 seria a incapacidade das instituições públicas em combater de maneira eficaz os problemas crônicos de transporte público, saúde, educação, etc.

Para seguirmos analisando como esse início de insatisfação - levando em conta a necessidade de parte da população em buscar mudanças na forma com são tratadas pelo Estado, ao compreender a ilusão representativa política dos partidos políticos, como o canal

de comunicação destinado a defesa desses interesses econômicos e a maneira insatisfatória na execução desse papel representativo de maneira adequada - compreendemos que a insatisfação com os partidos levou, posteriormente, determinados sujeitos ao questionamento da representatividade desses AIE, vamos à SDr 2.

SDr 2: Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente #Vem pra rua⁹.

Figura 2 – Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente #Vem pra rua



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Na SDr 2, começa-se a materializar a tentativa de apagamento dos partidos nas manifestações de 16 de junho, pois, quando o sujeito enunciator questiona em sua *mensagem de protesto* a própria divisão tradicional das posições políticas, esse questionamento leva-nos à ideia de que a própria divisão político-partidária direita/esquerda passa por uma crise de representação que impediria o deslocamento físico do próprio Brasil “pra frente”.

Essa crise de representação questiona a capacidade da sociedade política de simbolizar as vontades, desejos e anseios da sociedade civil, pois, quando o sujeito enunciator considera que essa própria divisão seria a responsável pela estagnação social, política, econômica apresentada pelo Brasil até o dia 16 de junho, interpretamos que esse sujeito enunciator crê que essa dicotomia direita/esquerda impediria nosso país de desenvolver-se.

⁹ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

Para o sujeito enunciador, direita/esquerda, tradicionalmente de lados opostos, são colocadas igualmente na categoria de organizações ineficazes para o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil, representações que, para o sujeito enunciador, não seriam capazes de fazer o país avançar. Por isso não mais teriam representatividade na vida material de seus representados, com isso perdendo sua razão de ser.

Como vimos em Marx e Engels (2002, p. 190), a representatividade dos políticos e, por conseguinte, dos partidos, não é a função real desse político e entidades, sua função real é legislar, como a função real do sapateiro é consertar sapatos. A representação nasce da necessidade do Estado em criar formas imaginárias para satisfazer a vontade da sociedade civil de possuir voz no Estado. Essa ilusão seria a forma de fazer o sujeito acreditar que os partidos são sua voz no parlamento, logo, a voz da sociedade civil seria sentida na sociedade política e, com isso, a ordem e a organização social seriam mantidas e reproduzidas.

De acordo com Marx e Engels (2002, p. 190), a representação é uma ilusão que faria o sujeito em sociedade acreditar que o partido político, a partir de seus integrantes e posições políticas, representaria a vontade da sociedade civil. Para que essa ilusão de representatividade seja mais “real”, foi criada a divisão em posições políticas antagônicas que defenderiam, cada uma a seu modo, uma maneira de representar os anseios da população.

Porém, quando o sujeito enunciador da SDr 2 coloca que tanto faz o partido ser de direita ou esquerda, essa divisão perde sua capacidade como entidade representativa política, divisão que, assim, é duramente desnaturalizada e toda a estrutura imaginária da representatividade começa a cair por terra, visto que não são duas forças antagônicas em disputa, mas duas faces da mesma moeda que, em sua função ilusória, não representariam a sociedade civil.

Lembremos com Pêcheux (1997, p. 166) que a materialidade da ideologia é a crença de que há diferentes ideologias para distintas classes sociais antagônicas, disputando a posse do discurso hegemônico em sociedade. Essa ilusão é um dos efeitos elementares da ideologia, para camuflar, na própria organização político-partidária (direita/esquerda), que há possibilidade de transformações na forma como nossa sociedade organiza-se, já que nessa organização cada sujeito tem um lugar no qual poderá escolher entre um partido de direita ou de esquerda, sem dar-se conta de que sua própria representação é a mais pura ilusão.

Há o esquecimento de que a separação é que o isola o sujeito da possibilidade de transformação de suas próprias condições materiais de existência. Assim, o sujeito deixa de exercer sua necessidade de representação ao terceirizar sua representação para políticos e partidos, visto que a necessidade de combater essa terceirização é dissimulada pela ideologia.

Ideologia determinada por instituições econômicas e classes políticas antagônicas, que constroem um complexo de atitudes e representações ligadas às posições de classe em conflito, mas que, para esse sujeito enunciador, não são mais a forma de implementar mudanças na maneira como o Estado deve ser conduzido e (se retomarmos a SDr 1) na resolução das “20 centenas de problemas” que apresenta o Brasil até o dia 16 de junho.

Além do questionamento da divisão direita e esquerda, o sujeito enunciador na SDr 2 levanta outra marca importante pela qual podemos compreender como ocorreram as manifestações de junho de 2013 e, principalmente, a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos: o emprego do enunciado *#Vem pra rua*, enunciado que na *mensagem de protesto* sucede o “ir pra frente”.

No próprio enunciado *#Vem pra rua*, há uma historicidade própria relacionada às manifestações de junho, porém antes de explanar sobre essa historicidade propomos explicar o uso do símbolo # (*hashtag* ou em português cerquilha) na internet. Segundo o site www.tecnocurioso.com.br¹⁰, o *hashtag* é um símbolo recorrente nas redes midiáticas que começou a ser usado na rede *Twitter* para destacar um assunto importante que estaria acontecendo em sociedade. Progressivamente, outras redes (*Instagram*, *Pinterest*, *Tumblr*, *Facebook*) aderiram ao recurso que cria *hiperlinks* dentro da internet e que são indexáveis pelos mecanismos de busca: *Google*, *Bing*, etc.

Explicado o símbolo #, podemos começar a contar a historicidade da expressão *Vem pra rua*, visto que a soma da expressão com o recurso eletrônico da *hashtag* materializa a forma como as manifestações de junho deixaram de ser um movimento setorizado contra o aumento das passagens urbanas para se transformar num levante de milhões de pessoas no mundo digital e nas ruas das principais cidades do Brasil.

Inicialmente, o enunciado *Vem pra rua* surgiu num slogan publicitário da multinacional Fiat, convocando os torcedores brasileiros de futebol para comemorarem, em junho de 2013, as vitórias da seleção brasileira nas ruas das cidades (a maior arquibancada do Brasil, segundo os publicitários criadores da campanha midiática) durante a Copa das Confederações de 2013. Todavia, durante as manifestações de 2013, esta materialidade serviu também a um discurso de protesto e reivindicação.

De origem publicitária, o *Vem pra rua* começa a ser reproduzido nos protestos, e, nesse processo discursivo, muda suas características, deslizando o sentido do enunciado *Vem*

¹⁰ Informações retiradas do site: <<http://www.tecnocurioso.com.br/2013/o-que-e/hashtag>>. Acesso em 16 de março de 2014.

pra rua de um discurso publicitário para um discurso de protesto, de uma cadeia de saberes nacionalistas relacionados às comemorações das vitórias da Seleção Brasileira de Futebol passa para outra cadeia de saberes relacionados a protestos e manifestações. Conforme Orlandi (1998a), esse deslizamento, que podemos interpretar nessa passagem de um *Vem pra rua* publicitário para um enunciado de protesto, faz-nos compreender que:

a própria língua funciona ideologicamente, ou seja, tem em sua materialidade esse jogo, o lugar da falha, do equívoco: todo o enunciado [...], é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Todo o enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo suscetível de tornar-se outro. (1998a, p. 11).

O enunciado *Vem pra rua* não só se transforma, mas simboliza o chamamento para uma maior participação popular e política nas manifestações de junho de 2013, transformando o que antes era só um movimento de contestação ao aumento de 20 centavos no transporte público em protestos que mobilizaram milhões de manifestantes de norte a sul.

A simbologia e uso ostensivo do *Vem pra rua* foi tão representativa nas manifestações de junho de 2013 (e de certa forma no questionamento levantado de que a rua não era só a “maior arquibancada do Brasil”, mas o real lugar para o debate político), que levou o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no mês de outubro de 2013, a produzir, em resposta, uma campanha para incentivar os jovens de 16 e 17 anos (para os quais o voto é facultativo) a obterem o título eleitoral. Coincidentemente, os jovens nesta idade representaram uma das faixas etárias mais ativas durante as manifestações de 2013, fato corriqueiro em acontecimentos histórico-sociais deste tipo, se lembrarmos a geração dos “cara-pintadas” em 1994, que levou à renúncia o presidente Fernando Collor de Mello antes que fosse votado no Congresso Nacional seu *impeachment*. Para melhorar ilustrar a produção discursiva do TSE, entendemos oportuno observarmos o *Vem para a urna* em sua própria materialidade discursiva.

Figura 3 – Anúncio do TSE *Vem para a urna*¹¹

¹¹ Imagem retirada do site: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.



Fonte: <<http://www.tse.jus.br/>>

Podemos observar na peça publicitária que, por meio dos tons calorosos da imagem, quer-se ilustrar a doçura de uma jovem que busca no voto sua representação (como quem diz: é assim que os jovens deviam ser), em outras palavras: produzir uma correlação entre uma juventude bem comportada, o voto e a representatividade.

Esta campanha *Vem para a urna* usa o slogan *eu me represento: eu voto*, e aqui podemos analisar que só o uso do verbo *representar* já indica que a representatividade na política está em questão. Na defesa do voto e da representação político-partidária, o *Vem para a urna* é produzido, pela campanha do TSE, para conter a negação da representatividade política no País que vinha se afirmando nas manifestações.

No entanto, ao tentar recuperar o enunciado *Vem pra rua*, o próprio enunciado formalizado *Vem para a urna* recupera do *Vem pra rua* das manifestações de 2013 assim supomos que a representatividade dos partidos políticos e a representatividade dos próprios manifestantes estão em uma luta material e também discursiva, uma luta que já aludimos como a luta entre os incluídos e os excluídos das benesses da participação efetiva no aparelho estatal brasileiro.

Interpretamos que a própria criação do enunciado *Vem para a urna* (esse, oficial e chancelado pelo Estado) busca se relacionar ao enunciado *Vem pra rua* para produzir uma tentativa de esvaziamento de sentido do *Vem pra rua*, pois, no silêncio dos discursos que seguiram após a diminuição da intensidade das manifestações de 2013, o TSE viu a necessidade de se apropriar desse chamamento das manifestações como seu, mas o que ocorre é o oposto. Ao colocar um novo enunciado sobreposto ao outro para tentar silenciar o chamamento para as ruas, o próprio enunciado *Vem para a urna* intensifica os efeitos de

sentido de contestação do enunciado *Vem pra rua* na incompletude inerente ao dizer, pois, conforme Orlandi (2007),

a incompletude é fundamental no dizer. É na incompletude que produz a possibilidade do múltiplo [...]. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o 'nada'. Mas o silêncio significa esse 'nada' se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentido se apresenta. (2007, p. 49).

Quando o TSE, o Aparelho Ideológico do Estado responsável para regulamentar as eleições, produz o *Vem para a urna*, podemos interpretar que algo “vai mal” na representatividade dos partidos políticos pelo esvaziamento do interesse pela política e pelos partidos políticos externado pelos jovens envolvidos nas manifestações de 2013, jovens que não mais querem saber a diferença entre direita/esquerda, como pudemos verificar na SDr 2.

5.2 AS MENSAGENS DE PROTESTO E AS MODALIDADES DE IDENTIFICAÇÃO

Chegamos ao momento de analisar se as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas *mensagens* de protesto são correlatas às diferentes modalidades de identificação do sujeito em Pêcheux (2009).

Na análise que segue, consideramos que não há só uma FD funcionando nos discursos analisados, mas pelos menos duas teriam predominância em determinada tomada de posição. Propomos que essas duas FDs seriam a FD de concessão, quando o sujeito está na posição-sujeito cidadão conformado (com a representatividade dos partidos) e a FD de resistência, quando o sujeito está na posição-sujeito manifestante. Por isso, ao longo da análise nomearemos cada uma isoladamente quando interpretarmos que a outra não é acentuada para a análise da SDr, pois compreendemos que na estipulação dos saberes de determinada forma-sujeito não há a atuação de uma única FD isoladamente. De forma que em determinados momentos nomearemos de FD de concessão/de resistência quando a FD de concessão for predominante, da mesma forma que, ao acontecer seu inverso, a nomearemos de FD de resistência/de concessão, quando a FD de resistência destacar-se em relação à FD de concessão.

Propondo que mais de uma FD funciona nos processos discursivos, sugerimos que seria uma simplificação acreditar que há só uma FD dominante a qual determinaria os efeitos de sentido produzidos pelos manifestantes, pois a instabilidade e heterogeneidade das FDs é constituinte desse processo. Para Pêcheux (2009, p. 254) “é preciso [...] poder explicitar o

conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina”. Assim, o processo de identificação seria mais heterogêneo em relação às FDs, visto que esse processo está sob a confluência de outros fatores que impediriam que essas modalidades ocorressem tranquilamente e uniforme em todo o sujeito.

A partir da proposta da constituição de mais de uma FD interferindo no dizer do sujeito e a partir das contribuições de Beck e Esteves (2012, p. 143) quanto à capacidade de superidentificação do sujeito em uma determinada posição-sujeito identificada com a forma-sujeito de sua FD, propomos que há a necessidade de repensar teoricamente essa disposição das três modalidades. Interpretamos que, quanto à tríade de modalidades, é preciso colocar a desidentificação não como outra modalidade de identificação, visto que, dessa forma, a própria teoria criaria em si um paradoxo, pois como uma modalidade de identificação seria seu oposto, ou seja, a não identificação?

Além disso, se tomarmos o que propuseram Althusser (1985) e Pêcheux (2009), todo indivíduo torna-se sujeito pela interpelação – para isso sendo necessária a ação deste efeito elementar da ideologia que proporciona as condições necessárias para a identificação com determinada forma-sujeito de uma FD – questionamo-nos como um sujeito estaria em uma posição de *desidentificado* (sem identificação) mesmo que por uma fração de segundo? Interpretamos que nessa fração de segundo esse indivíduo estaria desligado da interpelação da ideologia em sua identificação como sujeito. Por outro lado, se interpretarmos que a desidentificação só permite a passagem de uma modalidade para outra, como ela poderia ser tomada como uma modalidade de identificação, já que sob qual aspecto essa tomada de posição desidentificada seria semelhante às outras duas tomadas (*Bom e Mau Sujeito*)? Logo, seja concebido por sua função na (des)identificação ou por suas características como modalidade de identificação, toda a teoria materialista da noção de sujeito precisaria ser revista.

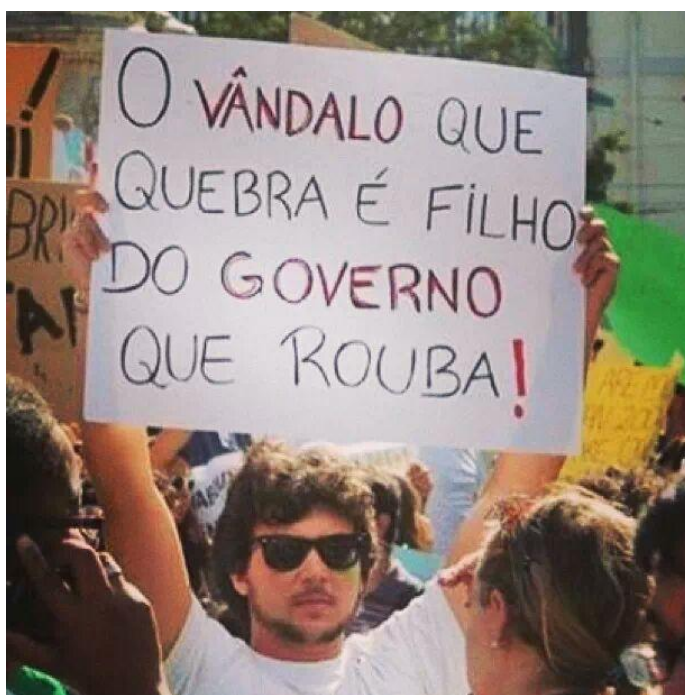
Ao interpretar que a desidentificação não seria simplesmente uma modalidade de identificação, mas um processo ideológico de passagem do sujeito desidentificado de uma forma-sujeito para outra forma-sujeito antagônica, supomos que a proposta de Pêcheux (2009) mantém sua coerência com uma proposta de conceber a ideologia como efeito elementar dos discursos; portanto não tomando a desidentificação como uma modalidade de identificação, mas sim como um processo ideológico de passagem, não há um rompimento do sujeito do processo de interpelação proporcionado pela ideologia, somente o início de um novo processo de identificação.

Por isso, elencamos a desidentificação não como uma modalidade de identificação, mas um processo ideológico em que o *Mau Sujeito* superidentificado com a própria posição de crítico à forma-sujeito de determinada FD rebela-se e busca uma nova forma-sujeito a partir de outro Sujeito Universal, antagônica àquela contra a qual o sujeito inicialmente se rebelou, para, assim, retornar à modalidade de identificação *Bom Sujeito* e novamente, em um movimento cíclico, ser possível uma nova identificação, contraidentificação, superidentificação e, novamente, desidentificação.

No entanto, como seguimos uma teoria materialista de discurso, precisamos não só teorizar sobre a noção de sujeito, mas buscar nos discursos do sujeito como nossa proposta teórica representaria esses processos em ação. Para isso, analisamos nossa terceira SDr levando em conta como a representatividade dos partidos políticos ocorreu (aceitação ou não pelo sujeito envolvido nas manifestações em pauta), nesta SDr, pois com isso teremos como meta correlacionar a modalidade de identificação *Bom Sujeito* com a representatividade dos partidos políticos.

SDr 3: O vândalo que quebra é filho do governo que rouba!¹².

Figura 4 – O vândalo que quebra é filho do governo que rouba!



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

¹² Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

Propomos verificar na SDr 3 como o sujeito enunciador, ao tomar sua posição no discurso, encontra-se na modalidade de identificação *Bom Sujeito*. Esse sujeito enunciador, em primeiro lugar, diferencia-se dos outros manifestantes que, em sua concepção, são vândalos. Isso porque, ao excluir-se do vandalismo, também se associa a um governo ideal que não rouba, principalmente, se interpretarmos que ele, ao enunciar que o vandalismo estava à solta nas manifestações, estipula que para ele se há vândalos, como alguns poderiam ser acusados, eles os são por serem “filhos” de um governo que rouba. Ou ainda: se há vândalos no meio dos manifestantes, eles também têm suas razões de sê-los apesar de na concepção do sujeito enunciador da SDr3 eles serem produtos de governos desonestos. Logo esses vândalos, desprovidos da necessária civilidade em um protesto, seriam o reflexo de um governo que também praticaria atos ilegais.

Para colocar-se nesta posição no discurso, esse sujeito enunciador identifica-se com alguns saberes da FD de concessão com a representatividade dos partidos, na modalidade de identificação *Bom Sujeito*, ao crer em democracia, cidadania, civilidade, preservação do ordem, respeito aos direitos e deveres dos cidadãos, etc. Esse sujeito enunciador busca demonstrar sua insatisfação com algumas atitudes diferentes das que essa FD estipula como verdadeiras e evidentes.

Identificando-se, inconscientemente, com essas concepções de organização social-política, o sujeito enunciador na SDr 3 utilizaria a *mensagem de protesto* para materializar sua identificação com a forma-sujeito de direito, a forma-sujeito que reflete toda a estrutura da formação social capitalista que designa quais são os direitos e deveres para cada cidadão em sociedade, já que, para o sujeito enunciador, os manifestantes na posição-sujeito cidadão conformado saberiam as regras necessárias para a manutenção de ordem social, e aqueles que não sabem estariam identificados com uma FD de revolta.

Propomos nomear as FDs predominantes dessa forma-sujeito de direito como a FD de concessão/de resistência, visto que essa FD também é dotada das imagens fornecidas pela democracia, cidadania, civilidade, preservação do ordem, respeito aos direitos e deveres dos cidadãos, somadas ao imaginário ligado às manifestações de protesto. Esse sujeito enunciador, identificado com a forma-sujeito cidadão conformado de sua FD de concessão/de resistência, coloca-se diferentemente dos participantes mais exaltados, que, na sua concepção, não seriam a imagem idealizada de cidadão, ou mesmo de um manifestante pacífico. Mas ainda assim estaria dando alguma razão aos ditos “vândalos”, pois esse sujeito enunciador vê a existência de governos desonestos que deveriam ser lembrados nas manifestações.

Podemos compreender que a tomada de identificação *Bom Sujeito*, neste caso, representaria o aceite de que existem determinadas regras em sociedade e que elas devem ser cumpridas sob qualquer circunstância, mesmo em um momento em que as opiniões do que seria um *Bom Sujeito* residam em um terreno movediço e instável como em uma manifestação.

Para analisar se o sujeito enunciador na SDr 3 representaria a modalidade de *Bom Sujeito* propomos verificar se esse sujeito encontra-se, realmente, nessa tomada de posição afim de que não seja só uma determinação imposta por esta análise.

O sujeito enunciador da SDr 3, como todo indivíduo, a partir da interpelação da ideologia torna-se sujeito (ou melhor, já seria sempre-sujeito), com isso a condição elementar da identificação é satisfeita.

Podemos verificar agora sua submissão ao Sujeito Único; neste caso, o espelhamento com o Sujeito Universal Cidadão representaria um modelo imaginário de espelhamento e submissão de comportamento. Conforme Althusser (1985, p. 104), “o indivíduo é interpelado como sujeito para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto sua submissão”.

Aceitando sua submissão, a partir o reconhecimento mútuo entre o Sujeito e os outros nesse sujeito enunciador da SDr 3 supomos que ele esteja na tomada de posição *Bom Sujeito*; nesse caso podemos verificar no sujeito enunciador que, ao colocar-se como um *não vândalo* há a identificação com outros *não vândalos*, ou seja, cidadãos/manifestantes pacíficos e ordeiros, reconhecimento que é alcançado a partir do espelhamento ao Sujeito Universal Cidadão. Ao definir que havia, nas manifestações de 16 de junho de 2013, tanto cidadãos/manifestantes quanto vândalos, podemos notar que há um reconhecimento deste sujeito enunciador com outros iguais a ele e, conseqüentemente, seu afastamento de determinados sujeitos mais exaltados.

Para o sujeito, a garantia absoluta de que tudo está bem assim como proposto por Althusser (1985), sua modalidade de identificação é satisfeita, já que esse sujeito enunciador encontra-se identificado com os saberes propostos pela FD de concessão/de resistência, e identificado com essa FD sente-se seguro em afirmar que a relação entre a existência de um governo que rouba e que produz vândalos, ao mesmo tempo, que permite, por outro lado, a possibilidade de existência de um governo honesto que produz cidadãos e manifestantes pacíficos.

O sujeito enunciador, assim, coloca-se na posição-sujeito cidadão conformado ao acreditar que uma manifestação é local para denunciar essa correlação governo/vândalo. Para

esse sujeito enunciador, um governo e manifestantes ordeiros/honestos seriam menos passíveis de atos ilegais. Com isso, sua garantia de identificação é satisfeita a partir da forma-sujeito de direito na produção imaginária de cidadãos como ele, cidadãos que consideram que a representatividade dos partidos é uma garantia de que tudo está bem, já que há cidadãos que não depredam: por isso não são vândalos; e governos que não roubam: por isso são honestos.

No entanto, mesmo inconscientemente satisfeito com a modalidade de identificação *Bom Sujeito*, não podemos dizer que esse sujeito enunciador não resiste à forma-sujeito estabelecida com a FD de concessão/de resistência, visto que em seu discurso materializa-se um certo descontentamento com os rumos que o Estado apresenta em 2013 quanto a forma que os partidos políticos conduzem as questões políticas, econômicas e sociais.

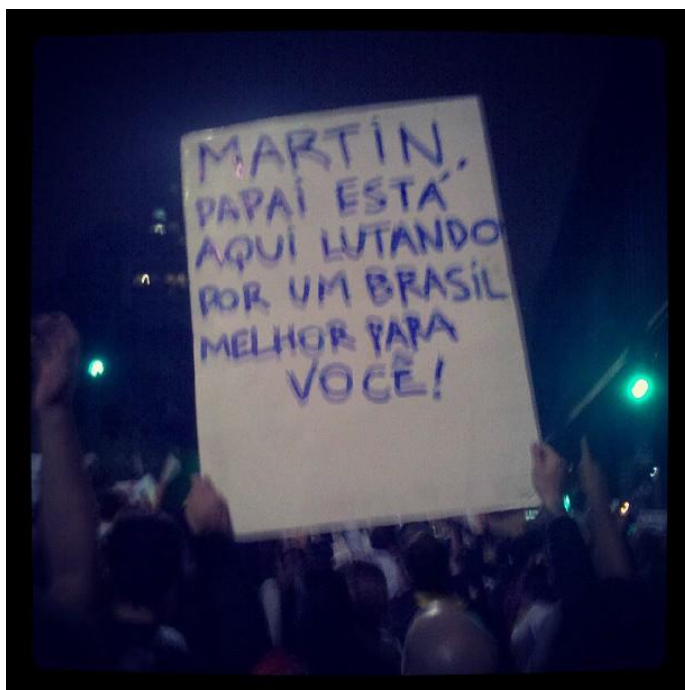
Da mesma forma que a identificação do sujeito na posição-sujeito cidadão conformado pode ocorrer de maneira parcial, vemos a possibilidade de que, na modalidade de identificação *Bom Sujeito*, é possível existir diferentes graus de identificação. Para Beck e Esteves (2012, p. 143), a identificação pode ocorrer a partir da superidentificação em um processo de plena identificação, que seria uma das maneiras pela qual o sujeito pode se relacionar de forma extrema com a forma-sujeito produzida por sua FD predominante.

Para verificar a superidentificação em funcionamento, vamos à nossa quarta SDr.

SDr 4: Martin papai está lutando por um Brasil melhor para você¹³.

Figura 5 – Martin, papai está lutando por um Brasil melhor para você!

¹³ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Na SDr 4, temos um sujeito enunciador que, a partir de sua relação paterna com o filho, diz ir às ruas protestar em 16 de junho de 2013 na defesa do futuro de seu rebento (Martin). Podemos supor que esse sujeito enunciador esteja, também, de acordo com a forma-sujeito de direito na FD de concessão/de resistência, como o sujeito enunciador da SDr 3; no entanto, diferentemente dele, sua identificação com a forma imaginária de um cidadão e manifestante não se restringe a denunciar vândalos e governos corruptos.

Sua posição é a luta na defesa de sua prole. Com isso, podemos interpretar que o sujeito enunciador da SDr 4 não só identifica-se com a forma-sujeito de direito, mas acredita na necessidade de luta para que o futuro das próximas gerações seja garantido, mesmo que seja necessário atuar não só na denúncia, mas, principalmente, na conscientização de que é preciso um enfrentamento mais ativo, visto que a representatividade dos partidos não é mais uma garantia para esse sujeito enunciador de que o Brasil proporcione condições para que seu filho tenha um futuro garantido.

Por isso, esse sujeito enunciador pode ser compreendido na modalidade de identificação de *Bom Sujeito*, mas um sujeito plenamente identificado, que, superidentificado com a forma-sujeito de direito, busca em outros saberes materializar seu desejo de luta pela cidadania, mesmo que em sua tomada de posição superidentificado signifique lutar contra os saberes estabelecidos para manter a ordem social. Conforme Beck e Esteves (2012), “a plena identificação é justamente o que leva o sujeito a persistir na tentativa de [...] se aproximar

cada vez mais dela [limite da identificação] de modo infinitesimal [...]. Estar no limite da identificação com o Sujeito é a tentativa do sujeito [...]" (2012, p. 143).

Logo, identificado nessa plena identificação (que daqui por diante optamos em nomear como superidentificação) e levando em conta os saberes propostos pela cidadania e civilidade em sociedade, o cidadão manifestante deve aceitar as regras impostas pelo poder estatal, sem isso, a imagem de cidadão não pode ser formada.

No entanto, se o sujeito acreditar que, para ser um cidadão, ele tem o direito de lutar com todas as forças pela cidadania (mesmo que essa luta seja contra o próprio Estado e os partidos políticos), supomos que estamos diante de uma superidentificação com a forma-sujeito da FD de concessão/de resistência, que coloca a defesa de sua prole como o principal motivo para participar de uma manifestação.

Para verificarmos isso, analisaremos se o sujeito enunciador da SDr 4 pode ser identificado em termos de superidentificação. Para o sujeito enunciador dessa SDr, a submissão ao Sujeito Universal Cidadão ocorre de maneira plena, visto que o sujeito não só identifica-se com a forma-sujeito apresentada pela FD de concessão/de resistência, mas também acredita na necessidade de lutar por ela, inclusive contra o próprio Estado e os partidos políticos. Por isso, para o sujeito enunciador, o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito e entre os próprios sujeitos pode ser verificado se interpretarmos que, ao defender o futuro de seu filho, o sujeito enunciador não estará lutando só pelo futuro de seu rebento, mas de todas as futuras gerações brasileiras. Logo, podemos interpretar que o sujeito enunciador da SDr 4 não acredita que haja garantia absoluta de que tudo está bem assim, pois, se assim fosse, ele não aventaria a necessidade de um confronto pela defesa do futuro de seu filho.

A partir disso podemos interpretar que o sujeito enunciador na SDr 4 pode estar na modalidade de identificação *Bom Sujeito*, no entanto, diferente do sujeito enunciador da SDr 3, sua forma de identificação não é parcial, e sim, superidentificada. Podemos supor que, na tomada de posição de *Bom Sujeito*, o sujeito pode estar tanto parcialmente identificado quanto superidentificado, visto que se levarmos os graus diferentes de identificação dos sujeitos enunciadores 3 e 4, mesmo *Bons Sujeitos* eles identificam-se com mais ou menos intensidade às FDs propostas por suas formas-sujeito.

Quanto à questão da tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, podemos verificar nos sujeitos enunciadores das SDr 3 e 4 que a tentativa de apagamento propriamente dita não é explicitada diretamente pelos sujeitos enunciadores, contudo podemos interpretar que no SDr 3 o sujeito enunciador relata a existência de um

governo que rouba, logo, se há desvio de verbas, esse desvio só pode ter sido praticado por agentes políticos em cargos públicos. Com isso, a representatividade está sendo questionada, além da função de governar em si, o que nos leva a supor que, para o sujeito enunciador da SDr 3, estar na modalidade de identificação *Bom Sujeito*, sua forma de identificação não permite ainda a tentativa de apagamento dos partidos políticos, visto que ele compactua inconscientemente com as regras políticas e formas de representação política.

Quanto ao sujeito enunciador da SDr 4, a necessidade de luta pela defesa de seu filho Martin nos leva a crer que seu provável inimigo seriam os políticos que governam as cidades, estados e país, pois, se levarmos em conta as motivações das manifestações já expostas anteriormente e a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos na SDr 2, o inimigo a que se refere esse sujeito enunciador será também os partidos, daí o início de um movimento de resistência à capacidade representativa desses AIE.

Depois de analisar como o *Bom Sujeito* resiste parcialmente à identificação prevista por sua forma-sujeito pela FD de concessão/de resistência, ou superidentifica-se com essa FD, chegamos ao momento em que analisaremos como o sujeito, após mobilizar o saber da resistência, começa a produzir outro saber ligado ao desconforto com as atuais condições de existência de determinados cidadãos inseridos em sociedade. Para compreender a modalidade de identificação *Mau Sujeito* passemos à análise da SDr 5.

SDr 5: (Menos) - Deputados (mais) + Professores¹⁴.

Figura 6 – (Menos) - Deputados (mais) + Professores

¹⁴ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Na SDr 5, o sujeito enunciador declara seu desconforto com o número excessivo de representantes políticos nas Assembleias Estaduais e no Congresso Nacional. Podemos interpretar uma certa indignação com o político como prática de representação social, que deixa escapar diferentes jogos simbólicos, a partir dos quais determinadas interpretações são possíveis. Para poder supor que esses jogos permitem relacionar o desconforto com o número excessivo de deputados com a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, aliamos-nos a Orlandi (1998b), a qual diz que a forma material do político produz diferentes saberes relacionados a ideologia, assim:

nossa posição é a de que, quando se trata do político, é necessário ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação. A forma material do político é diferente [...] porque a discursividade (a materialidade textual, simbólica) difere, produzindo diferentes jogos simbólicos [...]. E isto é prática ideológica, em outras palavras, resultado do trabalho da ideologia [...]. (1998b, p. 81).

Com isso, podemos interpretar que esse sujeito enunciador pode até não estar em desacordo com a representatividade dos partidos políticos – afinal, esse sujeito não solicita o fim da representatividade dos partidos políticos, mas a diminuição de representantes políticos no legislativo estadual e federal. No entanto, esse sujeito enunciador solicita mudanças na forma de representação, a partir da diminuição do quadro de deputados no Brasil. Dessa forma, podemos localizar esse sujeito enunciador na modalidade de identificação de *Mau Sujeito*, aquela modalidade de identificação em que, depois do surgimento de um saber de resistência, o sujeito começa a revoltar-se com os saberes impostos por certa FD. Neste caso,

supomos que essa FD possa ser nomeada FD de resistência/de concessão, por compreendermos que aqui, na modalidade de identificação *Mau Sujeito*, a forma-sujeito cidadão é eclipsada pelo forma-sujeito manifestante.

Na SDr 5, o sujeito enunciador mostra ainda submissão e reconhecimento parciais aos saberes impostos por sua FD, no entanto a crítica e a revolta já permitem a identificação com a tomada de posição *Mau Sujeito*, visto que, no sujeito enunciador, sua forma de identificação é a contraidentificação proposta por Pêcheux (2009).

Na contraidentificação, o sujeito enunciador da SDr 5 aceita a existência, e, até mesmo, a representação dos partidos políticos a partir da própria aceitação da existência dos deputados, porém questiona a forma como se dá essa representação. O sujeito enunciador dessa SDr, revoltado com essa representação, solicita a diminuição de deputados e o aumento de professores no Brasil, ou seja, menos política e mais educação.

Podemos interpretar que a submissão desse sujeito enunciador ao Sujeito Universal Cidadão, neste caso o cidadão conformado, acontece de forma parcial, partindo do pressuposto de que o sujeito identifica-se com os saberes de cidadania, no entanto revolta-se com a quantidade de deputados. Logo, podemos interpretar que sua submissão ocorre, mas de forma parcial.

Para esse sujeito enunciador, o reconhecimento mútuo entre o sujeito e o Sujeito e entre os próprios sujeitos acontece, porém, como já vimos, ele é parcial quanto ao reconhecimento com o Sujeito. Em compensação, quanto aos outros sujeitos, o sujeito enunciador da SDr 5 começa a ter uma maior identificação com a FD de resistência do que com a FD de concessão. Por isso, quanto ao reconhecimento mútuo, leva-nos a afirmar que não é possível dizer que esse reconhecimento ocorra de forma tranquila.

Quanto à garantia absoluta de que tudo está bem assim, esse passo é uma marca da modalidade de identificação do *Bom Sujeito*, no entanto, se aceitarmos que o sujeito enunciador não exige o desaparecimento total dos deputados, há a garantia de que tudo está parcialmente bem, mas a representatividade dos partidos políticos ainda precisa de alterações.

Com isso, o sujeito enunciador da SDr 5 apresenta crítica e resistência na modalidade de identificação *Mau Sujeito*, no entanto essa crítica e essa resistência não o levam a um rompimento com a forma-sujeito cidadão conformado, nem com a FD de concessão (mesmo que sua maior identificação resida na FD de resistência) e muito menos com a Formação Ideológica representatividade dos partidos políticos. Ou seja, um sujeito enunciador que, identificado na modalidade de identificação *Mau Sujeito*, revolta-se a partir da contraidentificação com os saberes estabelecidos por sua forma-sujeito.

Agora chega o momento, a partir da SDr 6, de analisarmos se na modalidade *Mau Sujeito* pode ocorrer um processo de superidentificação com essa tomada de posição.

SDr 6: Nenhum partido me representa¹⁵.

Figura 7 – Nenhum partido me representa



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Na SDr 6, temos a materialização da tentativa de apagamento dos partidos políticos nas manifestações de 16 de junho de 2013 a partir desta *mensagem de protesto* na qual o sujeito enunciador não mais solicita a diminuição do número de deputados, como o sujeito enunciador da SDr 5. Aqui, similarmente ao sujeito enunciador da SDr 2, que questionava a existência da divisão direita/esquerda, o sujeito enunciador afirma que não há partido político que o represente, inclusive sublinhando a palavra *nenhum* de vermelho.

O sujeito enunciador na SDr 6, na modalidade de identificação *Mau Sujeito*, não só critica a forma-sujeito cidadão conformado, mas revolta-se contra ela a ponto de negar a representatividade dos partidos políticos. Além de revolta com essa representatividade, somada a sua incompatibilidade com a FD de concessão, esse sujeito enunciador encontra-se na FD de resistência/de concessão, pois, para negar a representatividade dos partidos políticos, é necessário que esse sujeito enunciador acredite que há determinado sujeito identificado com a forma-sujeito cidadão conformado, sujeito que aceita a existência dessas agremiações partidárias.

¹⁵ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

Não só de acordo com a FD de resistência/de concessão, mas superidentificado com ela, o sujeito enunciador da SDr 6 apresenta uma total e plena identificação com a forma-sujeito manifestante e, superidentificado com ela, consegue afirmar em sua *mensagem de protesto* que a representatividade dos partidos não é mais uma imagem que faria efeitos de sentido para ele. Logo, podemos interpretar que, neste caso, a modalidade de identificação *Mau Sujeito* não só representa um desconforto, ou mesmo revolta com a imagem da representatividade dos partidos, mas implementa uma tentativa de apagamento.

Para isso ocorrer, não podemos só interpretar que o sujeito enunciador está contraidentificado com a forma-sujeito de sua FD, mas, além de contraidentificado, a intensidade de sua identificação leva-o a superidentificar-se com a forma-sujeito manifestante. Nessa superidentificação o sujeito enunciador, a partir da produção material da *mensagem de protesto*, tenta apagar a imagem de representação dos partidos produzida pelo Estado como AIE que liga a sociedade civil com a sociedade política.

O sujeito enunciador da SDr 6, identificado com a forma-sujeito manifestante, e, parcialmente com a forma-sujeito cidadão conformado, aceita sua posição discursiva em sociedade, ao compreender que mesmo manifestante a carga de cidadão ainda é uma parte constitutiva de sua identificação.

Quanto a sua submissão ao Sujeito Universal Cidadão é um movimento duplo, pois da mesma forma que se encontra contraidentificado com o Sujeito Universal Cidadão, o sujeito enunciador da SDr 6, também se encontra superidentificado com o Sujeito Manifestante, e a partir dessa superidentificação é levado a tentar apagar a representatividade dos partidos políticos, a ponto de afirmar, em sua *mensagem de protesto*, que essa representação imaginária, conforme Marx e Engels (2002), é ilusória, e por isso, para o sujeito enunciador na SDr 6, a representação político-partidária não é mais um dos saberes que serão base para suas tomadas de posição.

Já o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos no sujeito enunciador da SDr 6 é semelhante ao do sujeito enunciador da SDr 5, que apresenta falhas em relação ao reconhecimento com o Sujeito Universal Cidadão. No entanto, no sujeito enunciador da SDr 6, a falha não só provoca a crítica e a revolta, mas o quase rompimento com a forma-sujeito cidadão conformado e o reconhecimento superidentificado com a forma-sujeito manifestante.

A submissão e o reconhecimento não se dariam exatamente da mesma forma com todo o sujeito que aceita a forma-sujeito cidadão conformado, mas atua diferentemente em determinado sujeito que também compactua com a vontade do apagamento da

representatividade dos partidos políticos nas manifestações de 16 de junho de 2013. Logo, podemos dizer que, aqui o sujeito enunciador na modalidade de identificação *Mau Sujeito* encontra-se clivado por duas formas-sujeito de duas Formações Discursivas (de resistência e de concessão), visto que, ao mesmo tempo, que o sujeito enunciador da SDr 6 superidentifica-se com alguns manifestantes, não mais se identifica com outros, os quais não consideram que a representatividade dos partidos políticos seja uma imagem que deveria ser apagada como o símbolo da relação entre o Estado, a sociedade política e a sociedade civil.

Para o sujeito enunciador, a garantia absoluta de que tudo está bem assim, marca da modalidade de identificação *Bom Sujeito*, deve ser tomada pelo seu inverso se quisermos interpretar a relação entre *Mau Sujeito*, superidentificação e a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos.

Assim para o sujeito enunciador da SDr 6, não há nenhuma garantia de que tudo está bem, muito pelo contrário, pois esse sujeito enunciador está ciente de que, mesmo que acredite que a representatividade dos partidos não seja mais uma imagem que faça sentido para ele, sabe que esta representação não será apagada só pelo desejo dele e dos outros sujeitos na FD de resistência, já que, como visto anteriormente, a historicidade da representatividade dos partidos políticos remonta ao século XIX e é uma realidade de grande parte do mundo. Por isso, não mais acreditar na representatividade não a fará desaparecer, já que os partidos políticos, dotados de sua função real de legislar, controlam, principalmente, as regras que estabelecem a forma como essa representatividade ocorre.

5.3 A DESIDENTIFICAÇÃO E A TENTATIVA DE APAGAMENTO DA REPRESENTATIVIDADE

Após analisar as SDrs apresentadas até agora, podemos dizer que as duas modalidades de identificação propostas por Pêcheux (2009), *Bom Sujeito* e *Mau Sujeito*, permitem verificar que a tomada de posição pode apresentar níveis de identificação variados, podendo ocorrer como uma identificação menor ou maior, contraidentificação menor ou maior (superidentificação).

Podemos compreender que há a possibilidade de o sujeito, ao ocupar sua posição discursiva, identificar-se em graus diferenciados a partir das modalidades de identificação, mesmo na passagem de *Bom Sujeito* para *Mau Sujeito*. Contudo independentemente da modalidade de identificação, da forma ou grau de identificação, a aceitação inconsciente da interpelação da ideologia no sujeito sempre será mantida.

Pêcheux (2009), ao propor as modalidades de identificação, já compreendia que a existência dessas duas modalidades de identificação só explicava, em parte, as tomadas de posição do sujeito. Por isso, para criar as bases de compreensão para sua teorização sobre esses processos ideológicos, o autor francês busca a estipulação de uma terceira modalidade de identificação, a desidentificação do sujeito das modalidades de identificação de *Bom Sujeito* e *Mau Sujeito*.

Pêcheux (2009) busca nessa estipulação, a partir da análise da prática material do sujeito, como em determinadas situações o sujeito não só contraidentificava-se com a forma-sujeito que antes era aceita de maneira tranquila, mas buscava uma nova identificação com uma forma-sujeito antagônica à anterior (por exemplo um sujeito crente em Deus que se torna ateu). Para explicar isso, Pêcheux propôs a existência, então, de uma terceira modalidade de identificação: o *Sujeito Desidentificado*.

Suas conclusões, porém, no que tange a ser a desidentificação uma terceira modalidade de identificação, caem, como já dissemos anteriormente, em um paradoxo, pois se o indivíduo sempre será interpelado pela ideologia para tornar-se sujeito, visto que essa interpelação é parte constituinte de sua identificação, como o sujeito poderia ter uma modalidade de desidentificação, uma modalidade que, essencialmente, permitiria desidentificar-se de sua condição de sujeito, ou seja, como uma modalidade de identificação seria exatamente sua negação?

Acreditamos que Pêcheux (2009) vislumbrou o processo ideológico da desidentificação de maneira acertada, no entanto, propomos que ela não seria simplesmente uma terceira modalidade de identificação como o *Bom Sujeito* e o *Mau Sujeito*, mas um processo ideológico constituinte da interpelação que permitiria a própria existência do *Bom Sujeito* e *Mau Sujeito*, visto que esse processo de desidentificação permitiria que o sujeito encontrasse abrigo, seja na tomada de posição *Bom*, seja na de *Mau Sujeito*, visto que ao permitir a passagem de uma modalidade para outra é aceito (inconscientemente) que o sujeito, mesmo interpelado pela ideologia, assuma diferentes posicionamentos em sua vida material.

Ainda mais, aceitando que a desidentificação, seja tomada como um processo ideológico e não uma modalidade de identificação, viabilizaria que as formas de identificação, contraidentificação e superidentificação atuassem no sujeito ao mascarar a ação da ideologia em suas tomadas de posição, permitindo ao sujeito acreditar que tem o livre arbítrio para negar as crenças adotadas previamente ao aceitar uma nova forma-sujeito em uma nova FD simbolizada, principalmente, por seu antagonismo com a posição discursiva anteriormente adotada.

Com o intuito de interpretar que a desidentificação é um processo que permite ao sujeito a sua desfiliação com determinada FD que não mais aceita inconscientemente, levando à crença de que sua escolha permitiria para ele a ilusão da libertação da ideologia, trazemos a próxima SDr.

SDr 7: Tornemos salões e praças nossas! Domemos leis e leões!!¹⁶.

Figura 8 – Tornemos salões e praças nossas! Domemos leis e leões¹⁷!!



Fonte: <<http://www.melhorquebacon.com/>>

Na SDr 7, podemos verificar um sujeito enunciador que produz uma forma material diferente das demais que analisamos até agora. Enquanto todos os sujeitos enunciadores anteriores pregavam denúncias, aviso de lutas, negação e tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos, o sujeito enunciador da SDr 7 vai além do aviso de luta e tentativa de apagamento. Ele sugere a tomada e transformação de “salões” por meio da troca dos donos destas propriedades, que podemos interpretar como a tomada pela população dos prédios públicos e privados das cidades do Brasil, além da tomada das praças e ruas, como já estava ocorrendo provisoriamente durante as manifestações de 16 de junho de 2013.

Além disso, o sujeito enunciador da SDr 7 busca a domesticação das leis e dos leões, leões que podemos interpretar como os partidos políticos e seus representantes, a fim de

¹⁶ Retirado do site: <http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

¹⁷ Esse dois enunciados, segundo o site <http://www.cifraclub.com.br>, são versos da música “Consciência – o que foi... o que pode ser” do compositor Galdino Octopus. Acesso em 26 de maio de 2014.

que, nesse processo, a realidade se conformasse à imagem que o sujeito enunciador considera mais apropriada para satisfazer sua necessidade de identificação, que seria uma nova forma de organização social, econômica e política diferente do aparelho estatal brasileiro.

Esse sujeito enunciador, por meio da superidentificação com a modalidade de *Mau Sujeito*, teria como parte constitutiva um processo ideológico de desidentificação com a submissão à forma-sujeito estabelecida para a FD de resistência, visto que o desejo externado pelo sujeito enunciador da SDr 7 não se restringiria à participação em manifestações e protestos, mas se voltaria a ações materiais de luta e tomada das estruturas do poder estatal.

Com isso, sua submissão não ocorreria relativamente aos saberes da FD de resistência, que estabelecem as regras que devem ser seguidas para que esses protestos não se transformem em lutas campais contra os ARE (aparelhos repressivos de Estado).

O sujeito enunciador da SDr 7, na modalidade de identificação *Mau Sujeito* e incentivado por sua superidentificação com a FD de resistência, precisa se desidentificar das Formações Ideológicas dessa FD (pacifismo, ordem, aceite das leis, etc.) para identificar-se em uma nova FD que o torne novamente um *Bom Sujeito* para ele – mesmo que para identificar-se com esse novo *Bom Sujeito* signifique que ele não terá mais o reconhecimento de grande parte dos manifestantes envolvidos nos protestos, e que poderia ser designado como vândalo (os manifestantes que são frutos de maus governos), como citado na SDR 3.

Propomos nomear essa FD de revolta na forma-sujeito *Black Bloc*¹⁸, visto que o sujeito enunciador na SDr 7 não só busca manifestar seu desejo por mudanças na organização social, política e econômica do Estado, mas também provocar a tomada dessas organizações para promover mudanças, mesmo que, para isso, seja necessário o uso da força.

Logo, não seria possível a garantia e reconhecimento a determinado Sujeito Universal Manifestante, sendo assim, em um processo de desidentificação da modalidade de identificação *Mau Sujeito*, esse processo levaria o sujeito enunciador da SDr 7 a identificar-se com o Sujeito Universal *Black Bloc*, antagônico ao anterior manifestante, para tornar-se novamente um *Bom Sujeito*.

Pensamos que, dessa forma, pudemos compreender como a desidentificação não poderia ser uma modalidade de identificação visto que não se constitui exatamente em uma

¹⁸ Segundo o site: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policial-1690.html>> o grupo autodenominado Black Bloc não seria uma organização e sim uma forma de protesto estética baseada na depredação dos símbolos do estado e do Capitalismo. Para o site o *Black Bloc* é composto por pequenos grupos de afinidade, muitas vezes feitas na hora, que atuam de forma independente dentro das manifestações. Acesso em 18 de março de 2014.

modalidade identificação, mas um processo ideológico destinado a fazer o sujeito crer que, independentemente da posição *Bom Sujeito* ou *Mau Sujeito*, sempre será permitida a garantia absoluta de que tudo está bem assim, desde que sua identificação (inconsciente) seja permitida. Com isso, a interpelação produzida pela ideologia manteria as condições de existência material do sujeito ao mascarar, sob a forte impressão do livre arbítrio na tomada de posição, a crença de que as lutas de classes (no século XXI uma luta entre incluídos e excluídos da representatividade no Estado de Direito e no Capitalismo) podem em algum momento ser superadas. Desta forma podemos supor que a desidentificação permitiria a possibilidade do sujeito em transitar pelas diferentes formas-sujeito sem nunca romper com a interpelação produzida pela ideologia.

Finalmente, essa crença de livre arbítrio produz a identificação (menor ou maior), além de alicerçar a resistência e a revolta. A partir dessa crença mascara-se que a própria luta de classes entre incluídos e excluídos é constituinte da formação social capitalista, ao colocar que a representatividade dos partidos políticos, mesmo ilusória como proposta por Marx e Engels (2002), seria o canal idealizado de comunicação pelo qual o poder estatal permite o diálogo com a sociedade civil, mas que no mês de junho de 2013 foi severamente combatida pelos manifestantes, ao buscarem sua própria representação nas ruas das cidades brasileiras devido à inconformidade com a forma que os partidos políticos representam não o interesse da maior parte da população, mas, na maioria dos casos, seus próprios interesses.

6 EFEITO DE FECHO

Chegamos, finalmente, ao momento apresentar o fecho do texto deste trabalho, prática discursiva de certa forma contraditória com a AD, visto que a AD não se propõe a apresentar soluções ou explicações positivistas para o mundo que nos cerca, mas propor o discurso como uma prática sem começo nem fim definidos e definitivos que só podem ser interpretados e compreendidos sob um viés materialista e que, por isso, fazemos recortes.

Interpretamos que a AD entende, na análise dos processos discursivos, que a compreensão só é possível pela aceitação de que os elementos discursivos só produzem sentido na e pela ideologia. Logo, ao buscar semanticamente os possíveis sentidos nas palavras, no sujeito ou na história isoladamente, esqueceremos que os efeitos de sentido são produzidos na tríade língua-sujeito-história.

Buscamos analisar como a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos pode nos auxiliar a compreender como as modalidades de identificação propostas por Pêcheux (2009) apresentaram determinadas regularidades que nos permitiram interpretar que o processo de tomada de posição é complexo, se levarmos em conta que não podemos aceitar simplesmente que a divisão entre uma modalidade de identificação conformada (identificada) ou revoltada (contraidentificada) não apresente graus ou níveis diferentes de identificação, contraidentificação, superidentificação ou desidentificação.

Por isso, propusemos a modalidade de desidentificação como um processo ideológico que permite a volta do *Mau Sujeito* à posição de *Bom Sujeito*, de modo a que o sujeito não se dê conta de que a própria ideologia, por meio da interpelação, constantemente se adapte às condições de produção a partir de cada momento histórico e espaço geográfico.

Levando em conta os teóricos escolhidos para nos auxiliar na interpretação da ideologia, principalmente Louis Althusser e Michel Pêcheux, compreendemos que a ideologia não poderia ser tomada como um simples conjunto de ideias, ou mesmo determinadas posições políticas, mas como um mecanismo que promove nosso aceite das formas de identificação que são estabelecidas pelo Estado, sociedade e, ironicamente, por nós mesmos.

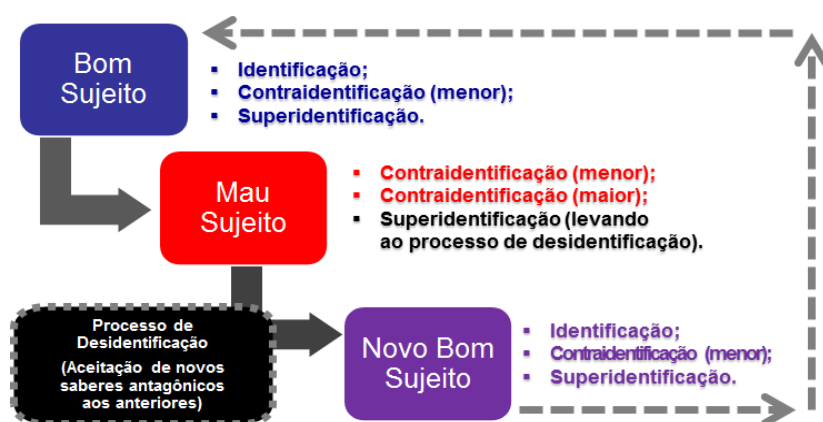
Além disso, a ideologia permite mascarar falhas nas modalidades de identificação, a fim de produzir no sujeito a sensação de que é permitido revolucionar as formas de dominação, idealizando nossa autossuficiência, a ponto de aceitarmos que cada tomada de posição discursiva é uma escolha única, pessoal e autônoma.

Afora tratarmos da tentativa de representatividade dos partidos políticos nas manifestações de 16 de junho de 2013, compreendemos que o próprio momento histórico-

social das manifestações de 2013 é um tema que ainda precisa ser novamente estudado a partir de um certo distanciamento do calor dos acontecimentos. Esta dissertação não teve como pretensão explicar os motivos ou razões desse fato histórico-social, mas, na posição de um sujeito que vivenciou esses dias conturbados em junho de 2013, trazer impressões de que esse tema precisa ser constantemente colocado em debate na academia, principalmente a partir do questionamento da representatividade dos partidos políticos em uma conjuntura em que a distância entre as estruturas estatais e o sujeito em sociedade é cada vez mais reduzida, e que, se por um lado aproxima o sujeito, por outro o isola cada vez mais.

Feitas essas proposições para compreender se a tentativa de apagamento da representatividade dos partidos políticos mantém relação com as modalidades de identificação propostas por Pêcheux (2009), chegamos à constatação de que elas não podem ser tomadas como conclusão, mas precisam ser problematizadas dentro de um contexto que leve em conta nosso conturbado século XXI. Em nossa opinião, aceitar a desidentificação proposta por Pêcheux (2009), como uma simples modalidade de identificação, indica-nos que ela precisa ser revista de forma que os graus de identificação sejam correlacionados como foi proposto neste estudo, por isso supomos, nesta dissertação, que a desidentificação seja um processo ideológico elementar que permite ao sujeito satisfazer seu desejo (inconsciente) de identificação, mas que não permite sua libertação da interpelação produzida pela ideologia. Assim, propomos conceber a desidentificação não como uma modalidade de identificação, mas como um espaço de ajuste e adequação discursiva para o sujeito (inconscientemente) encontrar seu “lugar no mundo”. Ilustramos nossa proposta da seguinte maneira:

Figura 9 – Repensando as modalidades de identificação (Pêcheux, 2009)¹⁹



Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação.

¹⁹ Esta ilustração foi apresentada na defesa desta dissertação realizada em 31 de julho de 2014.

Entendemos que é necessário buscar em outras materialidades, além daquelas obtidas nas manifestações de 16 de junho de 2013, outras interpretações para estudar os fenômenos superidentificação e desidentificação, a fim de analisar determinados pontos que consideramos ainda nebulosos, ao serem levantados nesta dissertação, uma vez que compreendemos que ainda alguns deles precisam ser melhores tratados teoricamente.

Cientes da necessidade do aprofundamento desses pontos, compreendemos que em um futuro próximo, buscando realizar o sonho do Doutorado, esses desafios poderão ser novamente retomados, com o auxílio do corpo discente e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Unisul.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. **Revista Leitura**, Maceió, v. 2, n. 50, p. 135-162, jun./dez. 2012.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Revista Trabalho e Educação**, Pampulha, v. 16, n. 2, p. 81-98, jul./dez. 2007.

CARROZZA, Guilherme. **Consumo, publicidade e língua**. Campinas: Editora RG: 2011.

CAZARIN, Ercília Ana. **A Análise do Discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política**. Revista da ABRALIN, São Paulo, v. Eletrônico, n. Especial, p. 33-46, 2ª parte, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. Campinas: Pontes, 1991.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Educar, 2009.

CREMONESE, Dejalma. **A participação como pressuposto da Democracia**. Revista Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 10, n. 19, p. 78-102, jan./abr. 2012.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FONSECA, Josoni. **Partidos Políticos** – uma reflexão. Disponível em: <<http://www.josoniefonsecaadv.com.br/PARTIDOS%POLITICOS.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola: 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIATRABALHISTA. **Tabela dos valores nominais do salário mínimo**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em: 16 mar. 2014.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 13-31, 2007.

KAMAKURA, Wagner. **Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2013.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo, Centauro Editora: 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELHORQUEBACON. **Mensagens de protesto**. Disponível em: <<http://www.melhorquebacon.com/mensagensdeprotesto/#.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em **Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, p. 53-59, jan/mar. 1994.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Nota à edição brasileira**. In: Por uma análise automática de discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Paráfrase e polissemia**: a fluidez nos limites do simbólico. Campinas: **Rua**, Campinas, n. 4, p. 9-19, 1998a.

_____. **Discurso e argumentação: um observatório do político**. Fórum Linguístico, n. 1, jul/dez. 1998b.

_____. **Língua Conhecimento Linguístico**. Para uma história das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O Sujeito discursivo contemporâneo: Um exemplo. In: Indursky, F., Leandro Ferreira, M.C. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil**. São Carlos, Claraluz; Porto Alegre, PPG Letras-URGS. 2007b.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e fundamentos. Campinas: Pontes, 2007a.

_____. **Discurso em análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes, 1990.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática de discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, Pontes, 2012.

POGREBINSCHI, Thamy. O Direito entre o homem e o cidadão - Marx e a crítica dos direitos humanos. **Revista de Direito do Cesusc**, Catalão, v. 1, n. 2, p. 47-63, jan./jun. 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2006.